



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade



FUNDAÇÃO
MASC

ESTADO DA NAÇÃO:

UM OLHAR DA SOCIEDADE CIVIL



Imagem retirada do google

ESTADO DA NAÇÃO 2017: UM OLHAR DA SOCIEDADE CIVIL

INTRODUÇÃO

1. Um dos momentos mais altos da governação democrática em Moçambique é a apresentação, pelo Chefe do Estado, da “Informação Anual à Assembleia da República sobre a Situação Geral da Nação”. Apresentada em Dezembro de cada ano, esta informação retrata, na perspectiva do Chefe do Estado, a situação geral (da governação) do país no ano prestes a terminar.
2. No passado, a apresentação desta informação era um momento verdadeiramente democrático, as bancadas parlamentares tinham tempo para colocar perguntas ao Chefe do Estado e ver as suas questões respondidas, numa sessão parlamentar difundida em directo pelas estações de rádio e televisão públicas e privadas, permitindo ao público acompanhar e se educar sobre o processo democrático e, com isso, ganhar confiança para o exercício da cidadania que é o viés para o desenvolvimento democrático.
3. Porém, a parte do debate foi retirada, portanto, houve amputação democrática. Contudo, mantém-se o potencial de desenvolvimento democrático na componente de informação ao público, prestada em primeira mão pelo Chefe do Estado que: a) gera a prestação de contas através dos medias e das organizações da sociedade civil que fazem uma recepção crítica da informação do Presidente da República e elucidam o público e b) dessa maneira, cria espaço e oportunidades para o exercício de cidadania e contribui para o desenvolvimento democrático com potencial efeito nos processos eleitorais.
4. É dentro desta conformidade e contexto que o movimento da sociedade civil em Moçambique apresenta o “ESTADO DA NAÇÃO 2017: UM OLHAR DA SOCIEDADE” que reflecte a visão da sociedade civil sobre as dinâmicas da governação neste ano. Esta iniciativa pretende contribuir para i) o avanço democrático através de informação alternativa, a ser prestada com antecedência, aos parlamentares, meios de comunicação social e ao público, em geral, e, desta maneira, criar um ambiente crítico para a recepção da informação oficial a ser apresentada pelo Chefe do Estado e ii) o municiamento dos meios de comunicação social com dados paralelos para um questionamento esclarecido em torno da informação do Chefe do Estado.
5. Com quatro capítulos, nomeadamente, “Paz e Estabilidade”, “Desenvolvimento Humano e Inclusão Social”, “Situação Económica” e Sistema de Justiça, Combate à Criminalidade e Corrupção”, o presente informe está dividido em duas partes, o presente Resumo e um Relatório para consulta.

SUMÁRIO EXECUTIVO

PAZ E ESTABILIDADE

6. Paz e Estabilidade do País foi um elemento central no discurso de posse de Sua Excelência, o Presidente da República, quando afirmou: “Como Chefe de Estado, primarei pela abertura ao diálogo construtivo com todas as forças políticas e organizações cívicas para promover a concórdia. Podem estar certos, caros compatriotas, que tudo farei para que, em Moçambique, jamais irmãos se voltem contra irmãos seja a que pretexto for.” Esta preocupação do Chefe de Estado é reflectida no Plano Quinquenal do Governo que tem como primeira prioridade a Consolidação da Unidade Nacional, Paz e Soberania e que se encontra reflectida nos Planos Económicos e Sociais anuais. A paz e a estabilidade são também abordadas na Agenda 2025 e constituem um dos pontos centrais do Relatório da Revisão do País, no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), que aponta os riscos às mesmas, com destaque para a partidização do Estado, a exclusão social e económica e a repressão política aos apoiantes da oposição.
7. Em 2017, no que concerne à paz e estabilidade, tendo como base o contexto acima, importa abordar os seguintes pontos: **i)** A acção governamental com vista à promoção da paz e estabilidade; **ii)** As iniciativas presidenciais, como forma particular de acção da liderança política do país; **iii)** As iniciativas voltadas aos combatentes e as suas implicações para a paz e a estabilidade; **iv)** Riscos existentes à paz e à estabilidade e **v)** A posição do país no contexto internacional no que concerne à paz e estabilidade e as implicações disso no contexto nacional.
8. No que diz respeito às acções do Governo, a Prioridade 1 (“Consolidar a Unidade Nacional, Paz e Soberania”) do Plano Económico e Social de 2017 destaca essencialmente acções da luta de libertação nacional, preservação do património cultural nacional e das fronteiras nacionais e marítimas. No entanto, não apresenta nenhuma acção concreta relacionada ao desanuiamento do actual clima de tensão político-militar. Acções de apoio directo aos combatentes são apresentadas no Pilar 2, sobre o “Desenvolvimento do Capital Humano e Social”. Embora as acções do Pilar 1 sejam importantes e possam ser complementadas pelas do Pilar 2, a forma como as acções visando a paz e reconciliação são colocadas no PES não permite uma análise profunda do seu efeito na paz, reconciliação e estabilidade.
9. No que concerne à paz, o ano começou com a trégua unilateral declarada pelo líder da Renamo, que posteriormente se estendeu por tempo indeterminado. Este clima permitiu o encontro entre o Presidente da República e o líder da Renamo em Agosto do presente ano, que termina com outro encontro realizado por teleconferência no dia 13 de Dezembro, em que foi anunciado que os documentos sobre a descentralização, a desmobilização, o desarmamento e a reintegração serão remetidos à Assembleia da República.
10. Os passos dados pelos dois líderes transmitem confiança no clima de paz. No entanto, o secretismo sobre as matérias debatidas e o persistente afastamento das restantes forças da sociedade no processo de paz,

às vezes com referências duras feitas pelo Chefe do Estado à pretensão de participação destas forças (chamadas de criminosas), ainda transmitem o sentimento de exclusão e de que existe uma visão estreita sobre o processo de paz, reconciliação nacional e estabilidade.

11. No ano presente, continuaram as acções de reinserção social através do Fundo de Paz e Reconciliação Nacional. Todavia, tem havido uma progressiva redução do orçamento alocado a esta área que, neste momento, é de apenas 10% do valor anual inicialmente projectado. E a Renamo continua ausente nos órgãos de representação do Fundo e até ao momento ainda não se tem informação fiável sobre o número dos combatentes desta força política que beneficiam deste financiamento. Há necessidade de tornar a atribuição dos fundos inclusiva para evitar os erros do passado em que a fraca reinserção dos combatentes pode ter criado as bases para o reacender do conflito, como o relatório do MARP alertou.
12. Além dos aspectos acima indicados, continuaram algumas velhas práticas que minam a paz e a estabilidade, dentre as quais: **(i)** o uso da máquina do Estado para fins partidários, como se viu na recolha de contribuições para o XI Congresso do partido Frelimo; **(ii)** a intolerância política – manifesta na perseguição aos membros e destruição das instalações dos partidos da oposição, como foi o caso do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) em Gaza e Nampula e **(iii)** o assassinato do Presidente do Conselho Municipal de Nampula, Mahamudo Amurane. O ponto comum dos crimes de violência política é que não tem havido esclarecimento e responsabilização pelas autoridades competentes, o que pode transmitir a ideia de apatia destas e contribuir para estimular actos nefastos para a paz e estabilidade.
13. No presente ano também se viu o reemergir de tensões devido à crença no fenómeno de chupa-sangue, nas províncias de Nampula e Zambézia, que resultou em violência e mortes. Também surgiu um novo tipo de violência, com fundo religioso, quando cidadãos designados pela Polícia como “radicais islâmicos” atacaram instituições do Estado em Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado. Do ataque resultou a morte de quase duas centenas de pessoas, incluindo agentes da Polícia. Há mais de uma centena de detidos, mesquitas encerradas e casas de orações destruídas por ordens do Governo. A resposta das autoridades a esses fenómenos resultou na contenção da escalada do conflito, mas a região continua instável, com ataques esporádicos nas comunidades dos arredores da Vila. Urge, portanto, aprofundar o conhecimento dessas manifestações para que as intervenções do Estado possam ter resultados mais sustentáveis e não contribuam para criar novos conflitos com as populações.
14. No âmbito externo, é preocupante a deterioração da imagem de Moçambique que, de um país apontado como estável e pacífico, agora consta nos relatórios mundiais com baixos índices no que concerne à paz, estabilidade política e ausência de violência. Esta imagem internacional afecta o investimento directo estrangeiro e as áreas importantes da economia, como o turismo, assim contribuindo para deteriorar as condições de vida das populações moçambicanas que dependem das áreas económicas afectadas.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL

15. No Sector da Educação foi alcançada a Taxa Líquida de Escolarização de 86.5%, com o ingresso, na primeira classe, de 691 000 crianças com a idade certa de 6 anos, meta prevista. Entretanto, a taxa de conclusão é considerada a mais baixa do mundo, 48% no ensino primário e 22% no ensino secundário (dados até 2014). Com o nível de investimento realizado, a taxa de conclusão esperada, em comparação com os países vizinhos e países de baixa renda, deveria situar-se em torno de 70%. Para 2017 a meta estabelecida para o rácio aluno/professor foi de 60, uma meta que passava pela contratação de 8 106 professores. Foram contratados 8 082 professores, situando o rácio na ordem de 59,9, isto é, a 0.1% da meta prevista. Ficam a quem do planificado as metas referentes à contratação de professores e, conseqüentemente, ao rácio aluno-professor, e à distribuição de carteiras escolares.
16. A falta de cabimento orçamental para o pagamento de horas extras de professores levou os professores a recorrer a diversas formas de greve um pouco por todo o país, sendo que grande parte dos professores optou pela greve silenciosa, faltando ou sabotando as aulas, com impacto muito negativo no processo de ensino e aprendizagem. Não existe números de quantos professores estiveram em greve e quantos alunos ou aulas foram afectados devido à natureza silenciosa do protesto dos professores, mas é certo que a falta de pagamento de horas extras aos professores contribuiu negativamente no aproveitamento escolar.
17. A denominada ‘Operação Tronco’, que consistiu na apreensão de madeira ilegalmente cortada e sua transformação em certas escolares, contribuiu para equipar as salas de aulas com carteiras, mas tratou-se de uma solução de emergência, não planificada e não se prevendo, por isso, a sua continuidade.
18. No Sector da Saúde foi cumprida a maioria das metas nos vários indicadores. No entanto, nos últimos 3 anos as metas de crianças e adultos em TARV tendem a oscilar e situam-se abaixo dos 70%, num contexto onde cerca de 10,6% dos adultos na faixa etária de 15-49 anos vivem com HIV e de cerca de 1,5 milhão de pessoas que vivem com o HIV em Moçambique 7% são crianças. A contratação de novos funcionários é um indicador da melhoria da qualidade no atendimento. Até ao mês de Setembro do presente ano tinham sido colocados 788 novos profissionais no Sistema de Saúde, dos 2 019 previstos. De 2015 a 2017 o GdM construiu 6 hospitais distritais, sendo 4 em 2017, faltando por construir 14 hospitais distritais para atingir a meta de 2019. Estes exemplos indicam que o corte nas despesas de investimento está a afectar o Sector da Saúde que não está a ser capaz de resolver a insuficiência de recursos humanos, o absentismo dos quadros, as disparidades entre o meio urbano e o meio rural e também entre ricos e pobres no que diz respeito ao acesso e utilização dos serviços de Saúde de qualidade.
19. A falta de medicamentos nos hospitais públicos constitui um dos principais constrangimentos do direito fundamental à saúde pelo cidadão. A situação deteriora-se mais nas zonas rurais onde há deficiente logística da distribuição de medicamentos devido ao furto de medicamentos dos armazéns.
20. Apesar de o Governo dispor de fundos dos parceiros e próprios para a aquisição de medicamentos, um sistema de *procurement* público sem integridade não permite que a compra seja feita em tempo útil, ocorrendo, por isso, ruptura sistemática do *stock* de medicamentos, mesmo havendo fundos para a sua compra antecipada.

21. No Sector da Água, Saneamento e Higiene, devido à diversidade das áreas cobertas pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, não tem sido fácil fazer uma avaliação criteriosa das realizações no sector da Água, Saneamento e Higiene. Os dados apurados e disponíveis revelam que este sector representou 3,9% do Orçamento do Estado de 2017 e 1,4% do PIB. O PES 2017 previa construir e reabilitar 11 sistemas de abastecimento de água no meio rural, construir 1 000 e reabilitar 160 fontes de água dispersas.
22. Os resultados alcançados no período 2015-2017, com base no relatório da avaliação de meio-termo do PQG 2015-2019, foram: no meio rural 40% da população beneficia de uma fonte de água (grau de realização de -52%); já no meio urbano 84% da população beneficia de fonte de água segura (grau de realização -20%). Em relação ao saneamento, apenas 21% da população no meio rural usa serviços de saneamento adequados (grau de realização -17%) e no meio urbano a percentagem é de 58% (grau de realização -27%). As escolas e os hospitais continuam a enfrentar sérios problemas de água e saneamento.
23. No Sector da Acção Social, Trabalho e Emprego, o Balanço do Plano Económico e Social para 2017 (Janeiro a Setembro) reporta, para a Prioridade III, a criação de 176 467 empregos, plano anual de 281 652, realização de 63% da meta. Estes números referem-se aos empregos no sector público e privado. Não é possível contabilizar os empregos perdidos em consequência do desempenho, o que torna estes dados pouco informativos sobre a situação real do emprego e trabalho.
24. Nos últimos anos o Estado prestou uma atenção especial ao Subsector da Acção Social, apesar da saída dos parceiros que financiavam alguns programas. Em 2017, no sector da “Acção Social e Trabalho”, os programas implementados pelo MGCAS e pelo INAS tiveram um peso no PIB de 0,59% e no OE de 1,74%. Entretanto, a inflação corroe o valor atribuído ao Programa Subsídio Social Básico (PSSB), que não sofreu reajuste em 2017, o que afectou o poder de compra dos seus beneficiários.
25. Desde a entrada em vigor do PQG 2015-2019, as Organizações da Sociedade Civil têm manifestado a sua preocupação com relação ao impacto das medidas de austeridade na disponibilização dos serviços de Saúde, Educação e Assistência Social. Mas neste ano o GdM continuou com os cortes nas despesas de investimento e os recursos financeiros não foram suficientes para investir em serviços sociais básicos, incluindo água e saneamento do meio. Pelo desempenho verificado no presente ano de 2017, muitas metas nas áreas sociais, que constam do PQG 2015-2019, não serão cumpridas.
26. Tal como verificamos no exposto acima, na Educação o rácio aluno/professor, a distribuição de carteiras e a construção de novas infraestruturas escolares são aspectos críticos; na Saúde a construção de hospitais distritais e o TARV em crianças e adultos merecem mais atenção; no sector de Água e Saneamento ainda continua crítica a disponibilidade de fontes de água seguras e serviços de saneamento adequados. Com a desaceleração da economia reduziram os investimentos privados e, como consequência, não foram criados novos empregos e muitos outros foram perdidos. Temos muito mais pessoas em situação de vulnerabilidade comparado à capacidade de resposta do Governo.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

27. A economia de Moçambique atravessa uma grave crise que afecta a sociedade e as instituições. Reduzir a crise aos factores de curta duração é limitar a análise. Ela é estrutural, de natureza institucional e derivada de políticas económicas e públicas e de opções governativas não ajustadas às realidades ou mesmo erradas.
28. Por essas razões, a pobreza e as crescentes desigualdades são consequências do padrão de crescimento que é concentrado social e espacialmente, é pouco gerador de emprego e a economia é crescentemente dependente de recursos externos. Os mercados possuem distorções estruturais que dificultam o bom ambiente de negócios e a competitividade da economia. As instituições, públicas e privadas, são frágeis e, por isso, incompetentes no exercício das suas funções e são vulneráveis à corrupção, agravando a ineficácia das mesmas.
29. As crises podem ser tidas como momentos de oportunidades para introduzir reformas que alterem, a longo prazo, o percurso económico e social com rendimentos e benefícios crescentes, a possibilidade de uma transformação estrutural, de modernização do Estado e do tecido empresarial, que assegure ciclos de crescimento e redução da pobreza estáveis em benefício da maioria do povo. Porém, ainda não foram tomadas medidas profundas sobre o sector empresarial público e as instituições públicas. Mais: muitos órgãos de regulação não têm actividades reais.
30. Reflexo disto é o desempenho da actividade económica em 2017. A previsão de crescimento económico feita pelo FMI, em Maio do corrente ano, era de uma taxa de 4,5%¹. Porém, segundo dados do INE, nos primeiros três trimestres de 2017 o PIB registou um abrandamento na taxa média de crescimento para 3%, contrariando as expectativas iniciais. Esta taxa corresponde a uma redução em 0,8 pp relativamente à taxa registada em 2016 (3,8%). Em termos de preços, ao longo de 2017 a inflação anual (medida em termos de Índice de Preço ao Consumidor) teve tendência decrescente, passando de 20,6% em Janeiro para 7,2% em Novembro de 2017. A taxa de inflação registada em Novembro corresponde a uma redução de 19,2 pp relativamente ao período homólogo de 2016. No entanto, este abrandamento só poderá traduzir-se na melhoria do custo de vida quando a inflação homóloga se tornar negativa. A cesta básica das famílias moçambicanas tem vindo a deteriorar-se a cada dia.
31. Neste contexto, os pobres foram os mais sacrificados através da subida dos preços dos bens e serviços essenciais, da redução do emprego e do salário real (devido à inflação) e tiveram maiores dificuldades (principalmente devido à deterioração dos transportes urbanos e serviços básicos de saúde), resultantes da fraca execução da despesa nos sectores sociais (apenas 50,4% até Setembro do corrente ano).
32. A nível da Agricultura, sector que alberga a maior parte da população economicamente activa, não houve sinais de implementação da prioridade constitucional. A despesa pública para este sector registada até Setembro do ano corrente teve uma taxa de realização de 33,1% (apenas uns 5,6 mil milhões de meticais).

¹ Monthly Macro Overview: Africa, BPI, Maio de 2017

Não existiram políticas com impacto relacionadas com os pequenos e médios empresários criadores de riqueza numa base social alargada, nem geradores de emprego essenciais para a redução da pobreza.

33. Contrariamente, as benesses e regalias nos órgãos do Estado, na Assembleia da República, no sistema judiciário, etc., mantiveram-se inalteradas e Moçambique continua sendo dos países onde a factura do pessoal da administração tem grande peso sobre o Produto Interno Bruto e sobre o total dos gastos do Estado. Em 2017, a despesa total é de cerca de 272.288,7 milhões de meticais e, deste montante, as despesas com pessoal são de cerca de 77.491,4 milhões de meticais, o que equivale a: **cerca de 28,5% da despesa total; cerca de 49,5% das despesas de funcionamento; cerca de 9,6% do PIB.**
34. É ainda uma utopia ter a percepção de que (mesmo em períodos de expansão económica) os dirigentes devem permitir-se a luxos, enquanto a maior parte do seu povo vive em condições de carência absoluta de bens e serviços de primeira necessidade como saúde, educação, água e saneamento e transporte.
35. No tecido produtivo, assistiu-se ao encerramento e redução da produção de pequenas e médias empresas, ao aumento do risco do endividamento bancário malparado, à elevação do custo do capital (com a *prime rate* a situar-se em 27,5% em Outubro), a uma maior pressão tributária acompanhada de casos de corrupção e redução da procura interna. Sendo assim, pode-se afirmar que as medidas governativas foram penalizadoras e acrescentaram dificuldades às empresas. Através do orçamento, o Estado foi incapaz de implementar medidas que amortecessem os efeitos sociais negativos, sobretudo sobre os grupos da população de menor rendimento. À queda do investimento do sector privado (evidenciada pela redução do crédito bancário à economia) junta-se a queda no investimento do Estado financiado com recursos internos, afectando as perspectivas de uma recuperação do crescimento da economia moçambicana e, portanto, do bem-estar do povo.
36. De Janeiro a Setembro de 2017, em termos de encargos da dívida (juros internos e externos), o Estado moçambicano pagou cerca de **14 055,7 milhões de meticais de um total de 26 937,9 milhões de meticais** previstos no OE aprovado. O montante planeado para esta rubrica aumentou **em cerca de 78,1% em relação a 2016.**
37. O endividamento interno, através da emissão de bilhetes de tesouro, atingiu aproximadamente **100.000 milhões de meticais até Outubro**, facto que contraria completamente os documentos orçamentais que previam um financiamento interno para 2017 de cerca de 21.102,8 milhões de meticais, ou seja, cerca de 78,9% para além do previsto. Esta tendência revela que o Estado está com sérias dificuldades de financiar as suas despesas. Ademais, esta forma de endividamento, para além de ser danosa no contexto actual de elevadas taxas de juros, por estimular a manutenção das mesmas é danosa para famílias e empresariado nacional, pois estes terão menor acesso ao financiamento interno. Até Outubro de 2017, o Crédito à Economia foi de apenas 23.571,1 milhões de meticais.
38. Durante o ano de 2017, a indústria extractiva foi caracterizada pela falta de transparência e fraca ligação com outros sectores, para além de violência associada à mineração artesanal pelas populações em áreas concessionadas a multinacionais. A violência em Montepuez, praticada por agentes de forças especiais da Polícia da República de Moçambique contra mineradores artesanais numa mina de exploração de rubis, é

espelho de parte dos problemas do sector. Embora o País tenha dado importantes passos na promoção da transparência aderindo à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE), este sector está longe de contribuir para a economia de forma efectiva. Várias medidas devem ser consideradas para a melhoria deste sector, dentre as quais se destacam a capacitação do Estado para a fiscalização sistemática dessas actividades, o cumprimento cabal das leis existentes e a fortificação das instituições.

39. Em 2017, a nível internacional, a imagem financeira de Moçambique deteriorou-se. O reflexo disso é a avaliação negativa feita pelas empresas de *rating* (Fitch, Moodys, Standard & Poors) que colocaram o País na categoria de *default* (“lixo”). Isto denota, por um lado, um país não cumpridor dos compromissos financeiros internacionais e, por outro lado, pela constante deterioração do índice de corrupção (pela Transparência Internacional), tendo caído da posição 112 em 2015 para 142 em 2016, reduzindo a confiança na economia pelos investidores estrangeiros.
40. Os sinais positivos que se verificaram em 2017 são resultantes de contextos económicos externos positivos, do clima favorável para a produção agrária, das tréguas militares anunciadas em Maio e de medidas restritivas da política monetária. Porém, os efeitos positivos desses factores sobre a economia real são ainda limitados e podem ser temporários.
41. Dentre os sinais positivos destacam-se os seguintes: (i) contenção da depreciação do metical e da taxa de juros, mesmo que em níveis ainda não estimulantes para o investimento; (ii) aumento das reservas internacionais líquidas em mais de 80% de Janeiro a Setembro; (iii) recuperação da produção agrícola, das pescas e do comércio e serviços. Mas a consolidação destes pequenos sinais de recuperação depende em muito dos acordos com os parceiros externos (FMI, credores e cooperação internacionais).
42. No entanto, parte dos parceiros externos perdeu confiança com o Governo. Esta perda de confiança culminou com o congelamento de cerca de 305,3² milhões de dólares americanos em 2016 em forma de Apoio Directo ao Orçamento do Estado. Portanto, o esclarecimento dos empréstimos ocultos tornou-se para a sociedade moçambicana uma prioridade nacional. Porém, mesmo após a realização de uma auditoria internacional independente, ainda não se chegou à resolução, pois o relatório completo da mesma continua guardado a sete chaves. Quanto mais tardarem estes acordos, maior e mais prolongada será a crise.
43. Esta é a evidência que o modelo económico adoptado por Moçambique, caracterizado por forte dependência do exterior, afecta gravemente a sua soberania devido à incapacidade de optar por políticas emanadas dos centros de decisão nacionais.

2 <http://ago.org.mz/wp-content/uploads/2015/06/Compromissos-Financeiros-para-2016.pdf> (acedido em 14 de Dezembro de 2017)

SISTEMA DE JUSTIÇA, COMBATE À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO

A situação da Justiça e Legalidade, no ano de 2017, foi marcada por sistemática violação de direitos humanos pela PRM, com execuções sumárias de supostos criminosos. Neste domínio, a PRM compete com a acção dos supostos esquadrões da morte que, apesar do desmentido da PRM, a população acredita que existem. Os assassinatos bárbaros de figuras políticas, tais como o Edil de Nampula, Dr. Mahamudo Amurane, e o membro do Conselho do Estado, Jeremias Pondeca, são atribuídos aos esquadrões da morte.

44. As fragilidades do Estado e a sua total incapacidade em combater a criminalidade e a problemática da impunidade voltaram a ser notórias no desempenho das instituições de administração da Justiça. Em 2017, a nota dominante dos tribunais é a de julgar casos de pequena criminalidade, deixando de lado os grandes crimes. Na maioria dos casos, os presos são julgados com prazos de prisão preventiva excessivamente ultrapassados, num quadro em que as cadeias estão superlotadas e não oferecem condições de regeneração.
45. O clima de total insegurança dos cidadãos, que são vítimas de roubos nas suas residências, com particular destaque para os bairros de expansão, acentuou-se muito no presente ano em quase todos os centros urbanos do país. É que não há agentes da PRM a fazer o patrulhamento nos bairros de expansão. A população residente nos bairros de expansão vive com medo.
46. Apesar de, na cidade de Maputo, terem reduzido em 2017, os crimes de sequestro, estes foram reportados em algumas cidades e vilas do país e continuam a criar muito pânico na população, afugentando investimentos.
47. A maior parte destes crimes ainda não foi esclarecida. Da polícia sempre se houve a mesma resposta: ‘Estamos a investigar’. São investigações que nunca trazem resultados.
48. A PGR demonstrou, neste 2017, muitas dificuldades, na sua actuação. Nunca protestou contra os assassinatos de supostos criminosos pela PRM. Emitiu, por diversas vezes, comunicados de imprensa com a menção dos nomes dos visados em processos em segredo de justiça, mas, no caso do processo das dívidas ocultas, omite os nomes dos investigados.
49. A corrupção é o cancro da nossa sociedade. Em 2017, a Procuradoria-Geral da República veio referir-se, publicamente, a processos de corrupção que alegadamente submeteu aos tribunais em 2016, já acusados, mas que até à data não foram a julgamento, considerando, assim, que os tribunais estavam a ser morosos no tratamento de tais casos.
50. Contudo, no rol dos processos elencados pela PGR não constavam outros de grande monta e que se acham até ao momento sem desfecho a nível do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC). Refira-se, a título exemplificativo, ao ‘Caso Odebrecht’.
51. Outro processo mediatizado e a que a Procuradoria-Geral não se referiu, está relacionado com as dívidas ocultas e ilegais, não se conhecendo publicamente os passos que estão a ser seguidos por este órgão e nem em que estágio se encontra a instrução preparatória do mesmo.
52. Houve julgamento e condenação de um ex-ministro por uso indevido de fundos do Estado, o que é positivo, mas a pena aplicada não traz o papel educativo na medida em que não desencoraja a prática de corrupção. Fica sempre a ideia de que a corrupção, quando praticada por pessoas com poderes, compensa, pois não é punida.
53. Em 2017 ainda se verificou a condenação de um antigo administrador financeiro da companhia aérea de bandeira moçambicana Linhas Aéreas de Moçambique, mas este não cumpriu uma pena de prisão efectiva,

- tendo a mesma sido suspensa e arbitrada uma multa. Voltava-se a dar a ideia de que a corrupção compensa.
54. A corrupção também afecta o judiciário, sendo que, em 2017, o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) decidiu pela expulsão de alguns juizes envolvidos em esquemas de corrupção.
55. No que tange à PRM, de Janeiro a Setembro do corrente ano foram expulsos cerca de 147 agentes da corporação, sendo que 320 agentes se encontram a responder em tribunal por prática de actos de corrupção, pertencentes aos ramos da Polícia de Trânsito, Migração e do Serviço Nacional de Investigação Criminal. Estes são números alarmantes e nos levam a concluir que a corrupção é uma marca também nos vários ramos da PRM.
56. O Presidente da República, desde Outubro deste ano, vem emitindo mensagens de combate à corrupção, mas ainda não há acções concretas. Apenas palavras que são repetidas por vários ministros, alguns deles em conflito com a Lei de Probidade Pública. O que fica claro é que o poder público acarinha a corrupção e os seus titulares se beneficiam da economia política da corrupção.

CAPÍTULO I

PAZ E ESTABILIDADE

57. Para a análise da paz e estabilidade durante 2017, propõe-se que se tenham em conta as referências sobre as quais estes elementos se consubstanciam, nomeadamente, os documentos estratégicos e de longo prazo do país, a visão da liderança política do país, com destaque para o Presidente da República, e os principais actores políticos nacionais, os instrumentos de planificação e programação governamental e as acções de actores não-estatais e da sociedade em geral.

DOS INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS

58. No que concerne à paz e estabilidade, é importante revisitar o discurso inaugural de sua Excelência o Presidente da República que define a visão do seu mandato sobre este assunto, que é de compromisso com a paz, a partir de um esforço para unir os moçambicanos. Nas suas palavras: “Como Chefe de Estado, primarei pela abertura ao diálogo construtivo com todas as forças políticas e organizações cívicas para promover a concórdia. Podem estar certos, caros compatriotas, que tudo farei para que, em Moçambique, jamais, irmãos se voltem contra irmãos seja a que pretexto for.”³ Também é pertinente olhar para a forma como essas ideias estão plasmadas nos instrumentos aprovados pelo Governo, dentre os quais:

- O Plano Quinquenal do Governo 2015-2019,⁴ que tem como primeira prioridade a “Consolidação da Unidade Nacional, Paz e Soberania” e a sua tradução no Plano Económico e Social (PES) de 2017;
- Os documentos adoptados pelo país com relevância para a paz e estabilidade, nomeadamente a Agenda 2025, o Relatório do Mecanismo Africano de Revisão de Pares. Este último identificou elementos críticos para a paz e estabilidade e indicou recomendações sobre como o país pode mitigar os riscos existentes e **cimentar um sólido caminho na consolidação da paz e estabilidade política, traduzidos num Plano Nacional**

³ Filipe Nyusi, Discurso de Tomada de Posse como Presidente da República de Moçambique, 15 de Janeiro de 2015.

⁴ República de Moçambique (2015). Programa Quinquenal do Governo 2015-2019. Aprovado na Quarta Sessão Ordinária do Conselho de Ministros. Maputo, Governo da República de Moçambique.

de Implementação, com a respectiva monitoria e reuniões regulares para efeitos de seguimento. Também foi criado um secretariado específico para apoiar tecnicamente o Fórum Nacional, o corpo político do MARP, na gestão do processo.

59. Por fim, como Moçambique não está sozinho no mundo e desenvolve relações de amizade, cooperação política e económica com vários países, esta parte analisa a posição do país no contexto internacional e na região da África Austral, no que concerne à paz e estabilidade e as implicações desse posicionamento para o contexto interno.
60. As questões de paz e estabilidade consubstanciam-se em acções por parte do Governo, complementadas por intervenções de outros actores, que podem estar articuladas dentro dos instrumentos e mecanismos de acção do Governo, como os planos, programas e as acções do executivo, com destaque para as presidenciais. No entanto, as acções do Governo podem tanto ser omissas no que concerne à integração de outros actores, como equivocadas na sua abordagem, indo no sentido contrário ao pretendido, ao serem potenciais causas de instabilidade em si. Assim, esta parte também apresenta visões alternativas e críticas sobre a intervenção do Governo com ou sem actores não-estatais e alerta para potenciais cursos e métodos de acção que visam fortalecer a paz e a estabilidade política.
61. Com base nos elementos acima indicados, propõe-se como pontos principais para analisar a paz e estabilidade os seguintes aspectos:
- A acção governamental com vista à promoção da paz e estabilidade;
 - As iniciativas presidenciais, como forma particular de acção da liderança política do país;
 - As iniciativas voltadas aos combatentes e as suas implicações para a paz e estabilidade;
 - Riscos existentes à paz e estabilidade;
 - A posição do país no contexto internacional no que concerne à paz e estabilidade e as implicações disso para o contexto nacional.

AS ACÇÕES DO GOVERNO

62. O Plano Económico e Social de 2017, na prioridade I⁵ (“Consolidar a Unidade Nacional, Paz e Soberania”), tem várias acções referentes à preservação do património e da memória da luta de libertação nacional, algumas relativas à preservação do património cultural nacional, das fronteiras terrestres e marítimas com os países vizinhos e até do património do carvão de Moatize, mas não contém nenhuma acção concreta relacionada ao desanuviar do clima de tensão político-militar que se vive/viveu no país. Embora não signifique que não haja acções neste sentido, como adiante é explicado, a falta de actividades de paz e reconciliação nacional neste pilar, em si, é sintomática de como as acções do Governo nesta área estão enquadradas, que é mais no campo da acção política do Presidente ou enquadradas em outros pilares menos explícitos em relação à prioridade estratégica do Governo na área.
63. O balanço do PES 2017 do 1º semestre⁶ reporta simplesmente o que está no plano, destacando o aumento de jovens recenseados no âmbito do Serviço Militar Obrigatório, a realização de debates e palestras e a realização de uma exposição fotográfica da luta de libertação nacional. Em suma, as acções do Governo, embora abordem questões importantes sob o ponto de vista do passado histórico e do futuro no que

5 República de Moçambique (2016). Proposta de Plano Económico e Social para 2017. Maputo, Governo da República de Moçambique

6 República de Moçambique (2017). Balanço do Plano Económico e Social de 2017 (1º Semestre). Maputo, Governo da República de Moçambique

concerne à defesa e segurança do país, não contemplam acções relacionadas à resolução do principal conflito que assola o país neste momento: que é o que opõe o Governo à Renamo. Mais ainda, a ideia do que são os fundamentos para a garantia da consolidação da paz, unidade nacional e soberania ainda se define em torno de poucos e insuficientes elementos e deixa à margem vários outros que têm sido apontados em estudos e no debate público ao invés de fortalecer aqueles elementos basilares da paz e estabilidade, como, por exemplo, a intolerância política, a fraca integração dos combatentes de diferentes momentos históricos e consagrados na legislação nacional, como se verá adiante.

AS INICIATIVAS PRESIDENCIAIS PARA A PAZ E SUAS LIMITAÇÕES

64. A ausência de acções concretas nos planos governamentais não impediu que o ano tenha começado com o prolongamento da trégua unilateralmente apresentada pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que de um prazo inicialmente dado apenas para a passagem das festas do fim do ano e do ano novo pelos moçambicanos passou a ser de forma indeterminada. Neste âmbito, é de referir ainda a visita-surpresa feita pelo Chefe do Estado ao líder da Renamo a 6 de agosto do presente ano em Gorongosa, cujos contornos de secretismo seriam posteriormente explicados pelo Presidente Nyusi de que se deveram à necessidade de evitar bloqueios mesmo por parte de alguns sectores da sua suposta base de apoio, o que sugere que mesmo dentro do seu partido, a Frelimo, os esforços de paz têm adversários. Contrariamente ao que ocorreu no início do presente mandato presidencial, em que a aproximação entre o Presidente Nyusi e o líder da Renamo foi seguida de uma explícita oposição do seu partido, manifestada em brigadas centrais do mesmo às províncias denunciando alguns dos termos do suposto entendimento, como a questão da governação das províncias, desta vez notou-se uma reacção mais consonante com o gesto de aproximação entre as partes.
65. À semelhança das outras vezes, o encontro entre as partes foi seguido de anúncios de que comissões mistas de trabalho se debruçariam sobre os assuntos que constituem a base de um acordo de paz, dentre as quais as questões militares (o desarmamento da Renamo, a integração dos seus membros nas forças de defesa e segurança e a reintegração dos outros na vida civil), as questões económicas e as questões relacionadas com a descentralização. O anúncio de extensão da trégua por parte do líder da Renamo, e incorporado no discurso do Governo, tem sido alimentado por um clima de optimismo mesmo da parte da liderança da Renamo que, nas suas intervenções públicas sobre o assunto, tem dado uma imagem positiva de progresso e de confiança de que desta vez se pode esperar bons resultados.
66. No entanto, a aparente boa vontade e optimismo por parte dos beligerantes tem sido contrastada com a marginalização da sociedade civil e da sociedade como um todo no diálogo político actualmente em curso. Mesmo com iniciativas bem-estruturadas e ampla representação da sociedade civil, como o Painel de Monitoria do Diálogo Político para a Paz, coordenado pelo Parlamento Juvenil, que conseguiram algum contacto com as partes em conflito, depois de um intenso *lobby* e auscultações populares em várias partes, a sua participação foi limitada.
67. O actual processo de diálogo para a paz enferma dos mesmos problemas que terão estado na base do retomar do conflito: apesar do discurso político de inclusão, na prática o espírito de considerar a questão da paz em Moçambique como circunscrita à Renamo e à Frelimo, coloca aquele discurso à mercê do potencial de instabilidade inerente à rivalidade entre estes dois partidos. Entende-se que existem questões

militares que devem merecer apoio de todos os moçambicanos, mas fica por esclarecer quando será a vez de todos os moçambicanos terem o direito de acesso à informação do que se está a discutir. No passado, no âmbito do Acordo Geral de Paz, alguns assuntos que estiveram por detrás do reacender do conflito, como o tratamento que se devia dar à protecção da liderança da Renamo, foram considerados de foro restrito e quando as tensões eclodiam de forma cíclica, principalmente perto dos períodos eleitorais, pouca contribuição se poderia ter da sociedade, ajudando com reflexões e ideias, porque esta não tinha conhecimento dos contornos do processo. Isto pouco mudou ao longo dos 21 anos de paz. O secretismo do presente processo, que se tornou ironicamente mais forte desta vez, supostamente para evitar interferências no mesmo, repete essa tendência perversa de deixar de lado grande parte da sociedade na discussão sobre um assunto importante para todos e todas como a paz e a estabilidade política. Este fechamento em relação à participação de outros actores também é parte da cautela nas negociações, referida pelo líder da Renamo, supostamente para garantir que o Acordo fosse alcançado o mais breve possível. Porém, as previsões iniciais de assinatura do Acordo entre outubro e novembro do corrente ano,⁷ feitas pelo líder da Renamo, não se cumpriram.

68. De referir que a par da aproximação com a Renamo, o discurso oficial sobre as pretensões de participação da sociedade no diálogo foi, de certa forma, desencorajador. Por exemplo, em maio do corrente ano, num comício em Cabo Delgado, o Chefe de Estado referiu-se àqueles que discordavam da abordagem de restringir o diálogo a ele mesmo e ao líder da Renamo como agitadores, para que continue a haver instabilidade no país, e criminosos.
69. Em síntese, apesar dos avanços no sentido de reconciliação feitos pela iniciativa do Presidente da República e do líder da Renamo, ainda é preocupante a exclusão da sociedade desse diálogo e a forma como essa pretensão tem sido recebida por parte dos dois lados, com destaque especial para o do Chefe de Estado.

A QUESTÃO DOS COMBATENTES E A REINTEGRAÇÃO

70. Como parte do Acordo de Cessação das Hostilidades, em 2014 o Governo lançou o Fundo para a Paz e Reconciliação Nacional (FPRN), visando a criação de condições de integração dos combatentes da libertação nacional e da defesa da democracia e soberania. O Fundo visa criar oportunidades de inserção social e económica dos combatentes através da criação de capacidades e habilidade para o auto emprego, apoio e facilitação de investimentos e promoção de associativismo envolvendo combatentes.⁸ A projecção do número de potenciais beneficiários é de 170 mil combatentes em todo o país, com a previsão de orçamento anual de US\$ 10 milhões. Na estrutura de governação do fundo está prevista a existência de uma Assembleia Geral, com membros indicados pelo Governo, pelos financiadores, pelo sector empresarial e pelos signatários do Acordo Geral de Paz. No entanto, até agora a Renamo ainda não apontou os seus representantes.
71. Seguindo uma tendência dos anos anteriores, condições para a reintegração ainda continuam críticas, tendo em conta a redução do orçamento para o Fundo de Paz e Reconciliação Nacional. Aquando da sua criação, esperava-se que tivesse uma dotação anual de cerca de 10 milhões de dólares, mas foi sendo sistematicamente reduzida nos períodos subsequentes até atingir apenas 10% do valor inicialmente

⁷ Vide http://pt.radiovaticana.va/news/2017/08/31/dhlakama_e_nyusi_assinam_acordo_d_paz_em_outubro_ou_novembro/1333939, acedido no dia 24 de Novembro.

⁸ Ver Decreto n.º 72/2014, de 4 de dezembro.

projectado em 2017. Face a esta situação, o FPRN está neste momento à busca de parcerias com doadores e sociedade civil com vista a encontrar soluções para a inserção dos combatentes. Esta possibilidade de cooperação com a sociedade civil mostra uma certa abertura na busca de soluções para a paz e estabilidade. Talvez haja esta abertura por se tratar de uma área mais económica e em que se espera que os parceiros contribuam com recursos financeiros e de outros tipos e por haver menos espaço para politização e advocacia. De qualquer forma, esta abertura contrasta com as outras áreas ligadas ao processo de paz e reconciliação, em que o espaço é mais fechado, conforme explicado antes.

72. Um elemento que ainda ficou por resolver e cuja solução se liga às negociações em curso entre o Governo e a Renamo é a integração dos representantes da Renamo no Fundo para a Paz e Reconciliação Nacional (FPRN) de modo a se garantir a transparência e a equidade. No passado, conforme atesta o Relatório do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) no país, as medidas de integração no passado falharam, dentre outras razões:

- Pela falta de fundos para a reintegração dos desmobilizados, depois do fim do financiamento dos programas pelos doadores;
- Por alegada falta de informação sobre as folhas de serviços dos desmobilizados da Renamo, o que foi usado como justificação para a tendência de atribuição de mais benefícios aos desmobilizados da parte das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Esta tendência seria depois replicada em maior escala na distribuição dos chamados sete milhões, que posteriormente foram denominados de Fundo de Desenvolvimento Distrital, que favorecem mais os militantes do partido no poder;
- Pela ausência de informação fiável sobre os efectivos da Renamo.

73. Um elemento a mencionar no processo de integração dos homens da Renamo é que, apesar de o mesmo, no geral, ter tido problemas, parte da liderança desta força política teve os seus ganhos, pelo menos em termos de reintegração económica.

74. Há que lembrar que o Relatório do MARF ainda se refere aos perigos da concentração de parte considerável de efectivos por desmobilizar em três províncias contíguas, nomeadamente, Sofala, Zambézia e Nampula, com 43% dos desmobilizados e a viverem em más condições, o que foi apontado como um potencial foco de tensões.⁹ Facto interessante é que num evento de lançamento do FPRN, em agosto de 2015, na província de Cabo Delgado, o Ministro dos Combatentes faz referência à existência de 37 mil combatentes só nesta província. Ou seja, mais de 20% de potenciais beneficiários se concentram numa província relativamente menos populosa, mas que tem forte tradição de luta de libertação nacional, o que sugere que grande parte desses combatentes sejam dessa geração. O grau de fiabilidade desta informação nas outras províncias deve ser menor, tendo em conta que ainda persistem dúvidas quanto ao número dos desmobilizados da Renamo.

75. A questão que ainda se coloca no conflito que foi reacendido com a tensão político-militar é o facto de pouca informação existir quanto aos efectivos da Renamo e onde se localizam.

76. A comprovação da prova de vida dos combatentes/pensionistas actualmente em curso, levada a cabo pelo Ministério dos Combatentes, é um passo importante no sentido de se conhecer o número e a localização dos combatentes, mas não vai resolver o problema de conhecimento dos combatentes da Renamo cujo reemergir e participação no conflito de 2013 a 2016 devem ser vistos com redobrada atenção e preocupação, não só porque não se conhece o seu número e localização, mas sobretudo devido às causas que fazem com

⁹ African Peer Review Mechanism (2010). Republic of Mozambique: APRM Country Review Report no. 11. Midrand: APRM Secretariat

que tenham ressurgido como força armada mesmo depois de mais de 20 anos inactivos. É razoável inferir que a deficiente integração dos membros da Renamo permitiu que alguns deles retomassem às armas e participassem no confronto armado contra as tropas governamentais.

ASPECTOS CRÍTICOS PARA A PAZ E ESTABILIDADE

77. No período em análise velhos hábitos que minam a estabilidade continuaram. Por exemplo, um fenómeno recorrente e já apontado como nefasto à estabilidade política é a partidarização do Estado, cuja face se mostrou aquando da realização do XI Congresso do partido Frelimo, em que foi usada a máquina estatal para angariar contribuições dos funcionários públicos a este evento político.
78. Também continuam a existir manifestações de intolerância política, como atestam os episódios de invasão, roubo e destruição de sedes de partidos da oposição em diferentes partes do país. Assim, as sedes provinciais da cidade do Movimento Democrático de Moçambique em Nampula foram vítimas de invasão e roubo em janeiro e março do corrente ano. Em outubro do presente ano, desconhecidos atearam fogo à delegação provincial do mesmo partido na cidade de Xai-Xai, em Gaza.
79. De referir ainda o assassinato do edil de Nampula, Mahamudo Amurane, em pleno dia da paz. A morte de uma figura política, estando num momento crítico e de tensão com o partido que o elegeu à presidência do Conselho Municipal, o Movimento Democrático de Moçambique, e com a Assembleia Municipal e estando em processo de criação um novo partido, acabou tendo inevitáveis conotações políticas. A falta de esclarecimento do assassinato, uma constante da polícia em crimes de índole política, adensou mais ainda as especulações sobre as causas deste acto macabro.
80. Ponto comum nestes episódios acima indicados é a inoperância das autoridades na resolução destes crimes, o que aumenta a ideia de que a violência política goza, no mínimo, de apatia das autoridades de direito. Esta letargia perante a violação de direitos básicos dos cidadãos constitui em si um perigo para a paz e estabilidade, porque estimula àqueles que recorrem à violência no campo político a continuarem com esses métodos nefastos à paz e estabilidade.
81. No presente ano, o país também viu o emergir de um novo foco de tensão, de bases religiosas, quando em outubro, em Mocímboa da Praia, na província de Cabo Delgado, um grupo de indivíduos armados atacou instalações da Polícia, tendo as autoridades subsequentemente restaurado a ordem e encerrado algumas mesquitas onde se suspeita que haja focos de doutrinação do fundamentalismo islâmico. Várias fontes referem que a existência deste grupo não é de hoje e as autoridades foram alertadas da sua existência, contudo, sem nenhuma reacção visível até à ocorrência dos ataques. A reacção do Estado para pôr cobro a este foco, que desvirtua o sentido de liberdade e convivência religiosas que se vive em Moçambique, é bem-vinda. No entanto, devido à sensibilidade do assunto é importante que o Estado actue de forma a não suscitar o sentimento de limitação de liberdade religiosa, o que requer um redobrado esforço e atenção por parte do Governo em dosear a intervenção das forças de defesa e segurança, cuja actuação tem sido ultimamente criticada pela falta de sensibilidade para com os direitos.
82. A forma de actuação das forças de defesa e segurança deve merecer uma especial atenção, tendo em conta o momento de constante tensão que o país vive nos últimos tempos, aliado ao facto de existir ainda uma grande parte da população em condições socioeconómicas precárias. Uma actuação destas forças,

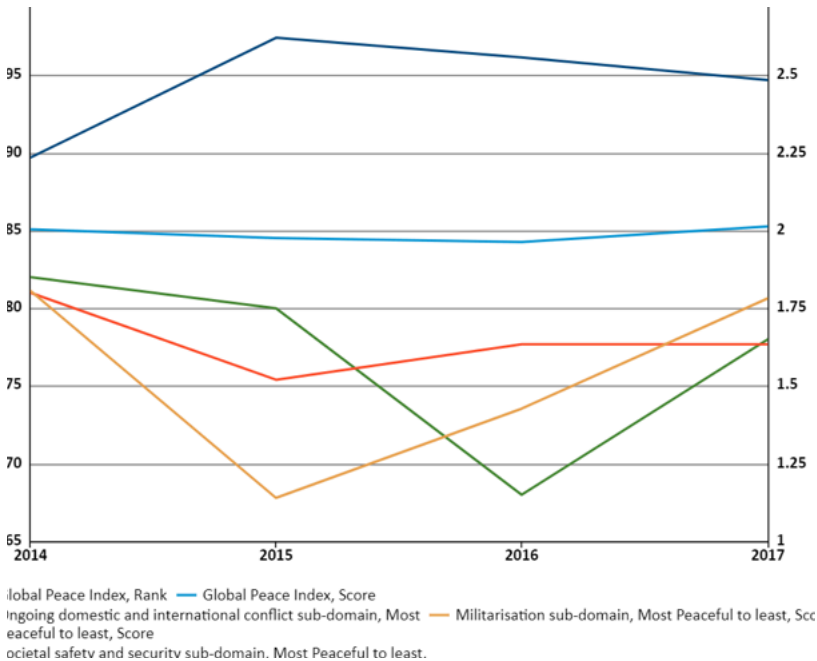
desprovida de sensibilidade, pode ter o efeito contrário de comprometer, ao invés de melhorar, o clima de segurança. Exemplo disso são os acontecimentos ocorridos no distrito de Mandimba, na província do Niassa, em que populares queimaram o Comando Policial local por conta de uma actuação desproporcional da polícia sobre um cidadão envolvido em operações de câmbio de moeda.

83. O ano registou também tensões envolvendo o fenómeno de chupa-sangue nos distritos de Malema, em Nampula, Milange e Gilé, na província da Zambézia. No caso de Gilé, o fenómeno resultou em mortes e na vandalização de infraestruturas, o que trouxe alguma instabilidade ao distrito. Este fenómeno é recorrente e tem sido usado para fins políticos. No entanto, também tem merecido a atenção de estudos académicos, que vale a pena visitar para entender a sua complexidade e buscar potenciais soluções.
84. Estes episódios revelam a complexidade das situações passíveis de gerar instabilidade no país, que não podem ser abordadas de forma ortodoxa, apenas pela via da repressão, mas também devem requerer uma reflexão profunda, inclusive de índole académica, de modo a se conhecer as causas profundas, históricas, sociais, políticas e até económicas que estão por detrás. O país já tem uma massa crítica significativa nas várias esferas da sociedade, como na academia, na sociedade civil, no sector privado e mesmo no Estado, que pode ser uma base para a reflexão dos problemas existentes e busca de soluções de forma conjunta. No entanto, ainda constitui e constituirá um desafio a falta de cultura, no Estado, de implementação de programas definidos de forma inclusiva. Atestam isso os exemplos da implementação de medidas visando mitigar os potenciais focos de tensão, apontados pelo Relatório do MARP: a exclusão social, económica e política, a partidarização do Estado, a violência política contra partidos da oposição, dentre outros elementos.
85. Um alerta similar é lançado pela Agenda 2025, no longínquo ano de 2003, quando nos cenários para o futuro define e descreve as características do Cenário do Cabrito: “O Cenário do Cabrito simula a alteração da variável Paz e Estabilidade Social. O fenómeno exclusão social, corrupção e falta de tolerância projecta o país para a instabilidade social, a confrontação e a guerra, provocando um retrocesso preconizável para todas as variáveis em questão: capital humano, capital social, economia e desenvolvimento e governação. Neste quadro, a democracia e a participação do cidadão no seu quadro cessam, a legalidade é definida pela força das armas ou da lei do mais forte, o Estado e as suas instituições deixam de ter um papel regulador.”¹⁰ O país nos últimos tempos caminhou no sentido do Cenário do Cabrito, conforme descrito na Agenda 2025.
86. A existência destes dois instrumentos – a Agenda 2025 e o Relatório do MARP do país – produzidos em 2003 e 2008/9, respectivamente, portanto, há muitos anos e com participação ampla de várias sensibilidades, mostra o grau de subaproveitamento dos alertas do passado sobre as condições que podem perigar a paz e estabilidade em Moçambique. A fraca capacidade de aprendizado pelos processos do passado é um dos pontos fracos da construção dos fundamentos da paz e estabilidade no país e alguns destes traços foram notados ao longo deste ano com a “criminalização” do direito de participar nas discussões que levam à paz e reconciliação nacional e o secretismo das mesmas, além da violência e exclusão política, dentre outros factores.

POSIÇÃO RELATIVA DE MOÇAMBIQUE FACE A OUTROS PAÍSES

87. Moçambique foi por muito tempo considerado como exemplo de paz e estabilidade, após o longo período da guerra dos 16 anos. Esta imagem já não se sustenta e neste momento o país já não goza deste *status*, tendo um desempenho médio em comparação com outros países do mundo. Por exemplo, como se pode ver na figura abaixo, no Índice Global da Paz Moçambique está na 68ª posição e já ocupou a 82ª posição. Isto representa uma queda considerável para um país que já foi apontado como dos mais pacíficos do mundo depois do Acordo Geral de Paz em 1992. Conforme o gráfico o mostra, em comparação com 2014, a segurança na sociedade também deteriorou, assim como a militarização do país aumentou.

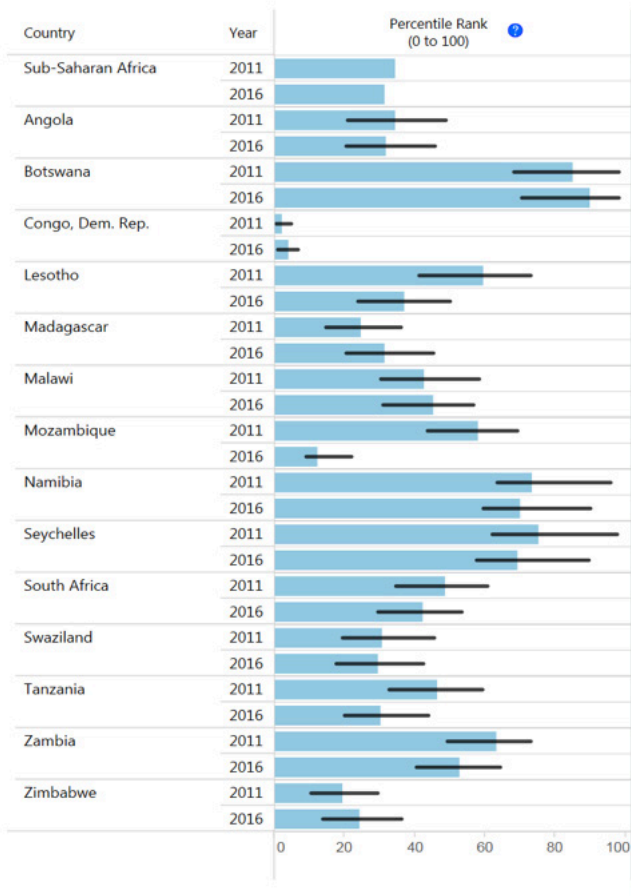
Figura 1: Moçambique no Índice Global da Paz, 2014-2017



Fonte: <https://knoema.com/GPIR2017/global-peace-index-gpi-2017?country=1000970-mozambique>

88. No que concerne à estabilidade política e ausência de violência, dos indicadores mundiais de governação do Banco Mundial, apresentados na figura 2 abaixo, a nível da região da África Austral a posição de Moçambique também não é boa, sendo apenas menos instável que o Congo Democrático. Comparando com os outros países da região da África Austral, nota-se que Moçambique é o país em que a situação mais se deteriorou entre 2011 e 2016 e chega a estar mesmo abaixo dos níveis da África Subsahariana.

Figura 2: Estabilidade Política e Ausência da Violência



Fonte: www.govindicators.org

89. A visão de instabilidade também se tem reflectido de forma nefasta na economia do país, com a queda do investimento directo estrangeiro e impactos em alguns sectores da economia nacional. Por exemplo, o turismo debate-se com sérios problemas e em todo o país se nota o encerramento de instâncias turísticas por conta da queda drástica de clientes estrangeiros, principal fonte de renda na área. Algumas dessas instâncias turísticas constituem a principal fonte de emprego e renda nas comunidades onde se localizam. A imagem do país no contexto internacional em termos de estabilidade e paz também tem repercussões económicas que podem contribuir para deteriorar as condições socioeconómicas das populações que dependem dos sectores afectados, como o turismo e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PAZ E A ESTABILIDADE

90. Depois de dois anos anteriores com um país mergulhado no conflito armado, este ano mostrou uma substancial melhoria decorrente da trégua anunciada pelo líder da Renamo e abraçada pelo Governo e o seu partido Frelimo, inicialmente com um prazo e agora a durar indefinidamente. Contudo, apesar de a

paz e estabilidade serem importantes nos instrumentos de programação e planificação do Governo, assim como no discurso das lideranças políticas, com destaque para a do Presidente da República, a forma como estes elementos são articulados na prática tem sido problemática. No caso dos planos do Governo, uma visão estreita persiste, favorecendo alguns elementos, com destaque para a luta de libertação nacional e preservação do património cultural, negligenciando outros, como os decorrentes da tensão político-militar. No caso das lideranças políticas, a sua aproximação mútua não se repercute na aproximação com o resto da sociedade e a inclusão desta na discussão da busca dos caminhos da paz é limitada. Deste modo, urge que o Governo e as suas lideranças tenham um discurso e práticas que criem fundamentos sólidos para a paz, reconciliação nacional e estabilidade.

91. Velhos e novos elementos que perigam a paz foram verificados este ano, dentre os quais a intolerância política reflectida contra a oposição, a continuidade de não solução de crimes envolvendo figuras políticas da oposição, o fenómeno chupa-sangue e o eclodir da violência causada por organizações com ligações ao fundamentalismo islâmico. Em todos eles é de referir que as forças de defesa e segurança, embora tenham agido para resolver o problema e o fizeram com relativo sucesso, às vezes também foram parte do problema. Um dos problemas que se destaca é a falta de compreensão dos fenómenos inerentes a alguns desses episódios, combinado com uma abordagem apenas repressiva, o que pode contribuir para alimentar a instabilidade. Portanto, para a criação dos fundamentos para uma paz e estabilidade duradouras, precisa-se de uma abordagem mais pragmática e aberta de resolver os problemas existentes, com mais reflexão e envolvimento de outros actores e segmentos sociais, para além dos líderes dos dois históricos partidos beligerantes.
92. A falta de recursos para a integração dos combatentes é um elemento a prestar atenção, tendo em conta os riscos do passado. Contudo, é importante também assegurar o compromisso da Renamo no processo de integração e pacificação e que o mesmo desta vez possa ir para além das suas elites e seja também inclusivo dentro da própria Renamo.

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL

SECTOR DA EDUCAÇÃO

93. O Sector da Educação está dividido em Ensino Geral (Primário e Secundário), administrado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Ensino Técnico-Profissional e Ensino Superior, tutelados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional (MCTESTP).
94. A Educação está nas prioridades da agenda do Governo de Moçambique, quando se fala do alívio à pobreza e do desenvolvimento nacional, e representa um peso na ordem de 23% ¹¹ no Orçamento do Estado.

¹¹ O Unicef faz a diferenciação entre a metodologia de cálculo usada pelo Governo que exclui as operações financeiras e os serviços da dívida, e por isso o valor de 23%, e outro modelo de cálculo que inclui essas variáveis, o que dá como resultado o valor de 17,7 %.

95. “Melhorar o desempenho do ensino primário no curto e médio prazos” é o lema escolhido para o Plano Estratégico da Educação 2012-2019¹² do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e que tem como prioridade o acesso ao ensino primário de qualidade, para além de uma atenção especial no desenvolvimento da primeira infância¹³.
96. No plano económico e social de 2017 foram priorizados os seguintes indicadores para o sector: o alargamento de novos ingressos em todos os níveis de educação, a contratação de professores, a abertura de 220 novas escolas primárias (EP1) e 18 escolas do Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1) e introdução de novos níveis de ensino para o EP2 em 601 escolas do Ensino Primário do 1º grau e o segundo ciclo em 23 escolas secundárias.
97. Nesta análise merecem principal atenção as componentes do rácio professor/aluno, contratação de professores e distribuição de carteiras escolares e livros escolares.

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO

98. No PQG 2015-2019 o Governo de Moçambique fixou como meta a atingir até ao ano de 2019 uma Taxa Líquida de Escolarização (TLE) de 86%, que corresponde ao ingresso na 1ª classe de alunos com 6 anos de idade. Para 2015, primeiro ano de governação, esta meta foi fixada em 82% e para 2016 a meta fixou-se em 82,5% (FMO 2015). Em 2017 a Taxa Líquida de Escolarização planificada foi de 84,4% (PQG) e revista no PES (2017) para 86,5%. No fim do exercício, o balanço indica que a mesma foi realizada com o ingresso na primeira classe de 691 000 crianças com a idade certa de 6 anos (REO 2017¹⁴, Unicef 2017¹⁵). A partir destes dados verifica-se que foi atingida a meta de 86% estabelecida para o ano de 2019.
99. Mas quando cruzamos os dados de ingressos com as taxas de conclusão, rapidamente cai por terra o sucesso que se verificou no aumento de alunos matriculados na primeira classe aos 6 anos. A taxa de conclusão continua a ser uma preocupação constante. No “Informe Orçamental” sobre o sector da Educação¹⁶ coloca-se Moçambique em perspectiva, em relação às taxas de conclusão dos países da região subsaariana de África e a dos Países de Baixa Renda a nível global, e conclui-se que o nosso país se situa-se a 19 pp da média dos países de baixa renda e a 26 pp da média dos países da África Subsaariana. Em termos práticos isto significa que Moçambique, apesar de estar a matricular muitos alunos, uma boa parte não permanece no sistema e, conseqüentemente, não conclui o ciclo do ensino primário.
100. Segundo o mesmo documento, apenas dois países apresentam uma taxa de conclusão do ensino primário mais baixa do que Moçambique: o Chade e a República Centro Africana. O documento questiona a eficácia do investimento por aluno no sector, considerando uma vez que a taxa de conclusão que se esperava deveria situar-se em torno de 70%. A questão que o documento coloca e com a qual esta análise alinha é o que é feito para reduzir o absentismo e melhorar a qualidade dos professores. Absentismo e fraca capacidade dos professores constituem factores que afectam os resultados do sector da Educação e parte da causa da fraca taxa de conclusão que ainda se verifica. O Unicef cita o Relatório do Banco Mundial (*Mozambique Service Delivery Indicators for Education 2015*) que descreve cenários de absentismo de

12 UNICEF. 2017. *Moçambique: Informe Orçamental, Educação 2017*. Maputo: Unicef

13 MINED. *Plano Estratégico da Educação 2012-2019*. Maputo, MINED, 2011

UNICEF. 2017. *Moçambique: Informe Orçamental: Educação 2017*. Maputo: UNICEF

14 Governo de Moçambique. *Relatório de execução do Orçamento do Estado, ano 2017 (Janeiro a Setembro)*. Maputo, Governo de Moçambique, 2017

15 UNICEF. *Mozambique State Budget Proposal: Analysis of the Social and Economic Sectors for Fiscal Year 2018*. Maputo, October 2017

16 UNICEF. 2017. *Moçambique: Informe Orçamental, Educação 2017*. Maputo: Unicef

alunos, professores e directores de escolas e fraco domínio de matérias por parte dos professores.

101. O documento conclui fazendo uma espécie de recomendação: o país terá de melhorar as taxas de conclusão do ensino primário para poder esperar melhorias significativas nas taxas de admissão ao ensino secundário e poder equiparar-se ao desempenho dos seus pares ¹⁷.

RÁCIO ALUNO POR PROFESSOR

102. O rácio aluno por professor, meta para 2019 (PQG), é o de 57 alunos por cada professor. Em 2015 a meta prevista foi de 61 e a meta efectivamente atingida foi de 62,7. No PES para 2016 a meta proposta foi de 62, uma revisão em alta em 0,5 em relação ao previsto no PQG (61,5), e a meta atingida no mesmo ano foi de 61,7, superando em 0,2 a meta do PQG. Decorrente do resultado positivo verificado no ano anterior, em 2017 a meta estabelecida foi de 60.
103. O Relatório de Execução do Orçamental de Estado (REO 2017) faz referência à contratação de 8 082 professores (o PES previa 8 106 e a meta no PQG 2015-2019 é de 7 000 para 2017), assim distribuídos: 7 092 para o ensino primário (meta 7 106) e 990 para o ensino secundário (meta 1 000). Com este número de professores contratados o rácio aluno/professor no EP1 passou de 61,7 em 2016 para 59,9 em 2017 ¹⁸, um pouco abaixo do previsto mas com a indicação de vir a aproximar-se ao rácio estabelecido para 2019.
104. Neste ponto vários desafios se colocam. Entre eles destaca-se o facto de a actual crise não estar a permitir alargar o leque de contratações de novos professores, mesmo considerado que a Educação, a par da Saúde e Agricultura, são os únicos sectores do Estado que ainda conseguem fazer contratações. Para piorar o cenário, em relação ao ano de 2018 o Governo prevê reduzir drasticamente a contratação de novos professores, tendo estabelecido a meta de 1 848 novas contratações ¹⁹.
105. Contas feitas, o cumulativo de professores primários contratados entre 2015 e 2017 corresponde a 25 267 professores e o que falta para se atingir a meta do ano de 2019 (42 500) se aproxima a 17 233 novos professores. Pelos valores atingidos nas contratações anuais não é de se imaginar a possibilidade de o Governo vir a contratar num único ano fiscal mais de 17 mil professores. Vislumbra-se deste modo que a meta de redução do rácio aluno-professor está comprometida, uma apreciação feita igualmente no balanço do meio termo do PQG 2015-2019 que mostra que o Governo dificilmente irá alcançar a meta do rácio aluno/professor.
106. Na nota enviada ao parlamento moçambicano pelo FMO, no ano de 2015 e como reacção ao PES 2015, já se fazia referência a esta situação nos seguintes termos: “Questiona-se como o governo pensa chegar às metas previstas em 2019, uma vez que o número anual de novos professores no sistema não chega para cobrir a expansão e para repor os professores que saem do sistema”²⁰. Ao mesmo tempo as visitas realizadas em várias escolas do país dão conta que a realidade ainda é desafiadora uma vez que são frequentes as situações de excesso de alunos nas turmas.

17 Ibid. p. 13.

18 Governo de Moçambique. *Relatório de Execução do Orçamento do Estado: Janeiro a Setembro 2017*. Maputo, Governo de Moçambique, 2017, p. 5

19 Governo de Moçambique. *Proposta de Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2018*. Maputo, Governo de Moçambique, 2018

20 FMO. *Análise das Propostas do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2016 Foco de Análise: Saúde, Educação, Água e Saneamento e Acção Social*. Documento Submetido à Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República. Maputo, 2015

DISTRIBUIÇÃO DE CARTEIRAS ESCOLARES

107. No PQG 2015-2019 estabeleceu-se como meta fazer a distribuição de 700 000 carteiras escolares até ao ano de 2019. Para 2015 a meta foi de 96 240 carteiras, para 2016 a meta de 70 000 carteiras e em 2017 a meta foi de 177 929 e actualizada no PES 2017 para 65 335 carteiras. De 2015 a 2017 foram distribuídas no total 211 300 carteiras, faltando cerca de 488 700 para atingir a meta de 2019. Têm sido questionadas as metas pouco ambiciosas ou pouco realistas fixadas no PQG 2015-2019 e, neste caso em concreto, o FMO considera que a meta de 700 000 carteiras fixadas para 5 anos era pouco ambiciosa, considerando o ponto de partida caracterizado por milhares de crianças que estudam sentadas no chão²¹. Quando faltam apenas 2 anos fiscais (a meta para 2018 é de 65 508), a percepção é a de que ela não será cumprida, mesmo se considerarmos os recentes desenvolvimentos na distribuição de carteiras integradas na “Operação Tronco”.
108. O corte que ciclicamente se observa nas despesas de investimento afectou sobremaneira o sector da Educação, daí não se perceber como o Governo irá atingir a meta. Há ainda um número significativo de crianças que estudam ao relento. Por causa desta realidade, no início do presente ano pouco se esperava que o Governo conseguisse realizar a expansão do sistema de Educação durante o ano de 2017, algo que veio confirmar-se.

SECTOR DA SAÚDE

109. A Saúde é um dos sete sectores prioritários nas estratégias de desenvolvimento e aquele que recebe maior atenção nos planos e orçamentos de Moçambique: cerca de 10,1 % do valor total do Orçamento do Estado na proposta de 2017 e 11,5%²² do valor do Orçamento para o ano 2018. Entretanto, na análise à Proposta do Plano e Orçamento para 2017 o CIP deu a conhecer que a Saúde iria perder cerca de 1,6 pp no peso global e 15,7 pp da componente externa de financiamento, parte importante de financiamento do sector da Saúde²³. Por seu turno, a análise feita pelo Unicef indica que a dotação orçamental inicial de 2017 baixou pelo segundo ano consecutivo, essencialmente devido ao efeito negativo da inflação sobre o valor real dos recursos da Saúde²⁴.
110. As actividades inscritas no PES 2017 contribuem para materializar as metas e os indicadores do PQG 2015-2019 e estão alinhadas com o Plano Estratégico do Sector da Saúde (PESS) (2014-2019). Este último estabelece como principais determinantes do estado de saúde dos moçambicanos a prevalência de doenças transmissíveis (eg., Malária, SIDA, Tuberculose), doenças não-transmissíveis, a pobreza, a desnutrição crónica, baixos níveis de escolaridade das mulheres, fraco acesso a água potável, deficiente saneamento do meio e o reduzido acesso a serviços de saúde de qualidade.
111. De acordo com este mesmo documento os serviços de saúde prestados aos moçambicanos são extremamente deficientes, uma situação que afecta principalmente a saúde das mulheres, os habitantes dos

21 Em 2014 eram cerca de 200 000 carteiras.

22 O Unicef faz a diferenciação entre a metodologia de cálculo usada pelo Governo, que exclui as operações financeiras e os serviços da dívida e, por isso, o valor de 10.1%, e outro modelo de cálculo que inclui essas variáveis, o que dá como resultado o valor de 8,8%.

23 Jorge Matine e Celeste Filipe. Análise da Proposta do Orçamento 2017 dum Ponto de Vista Macroeconómico. Edição N° 40/2016 – Outubro

24 UNICEF. “Mozambique State Budget Proposal: Analysis of the Social and Economic Sectors for Fiscal Year 2018”. October 2017, p. 3
http://budget.unicef.org.mz/briefs/2017/UNICEF_BB2017_Health_PT_Final3.pdf

meios rurais e as províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado com mais incidência. Uma deficiente rede sanitária que cobre apenas cerca de metade da população contribui para agravar o cenário acima descrito. Para piorar o cenário, uma parte significativa das Unidades Sanitárias não possui condições adequadas para prestar serviços de saúde de qualidade: faltam recursos humanos, equipamento, medicamentos e outros consumíveis. Quando vamos aos distritos são quase inexistentes as unidades sanitárias de referência ²⁵.

112. Como forma de dar resposta a este cenário, o Plano Estratégico do sector da Saúde (PESS) (2014-2019) está organizado em torno de sete objectivos estratégicos: (1) aumentar o acesso e a utilização dos serviços de saúde, (2) melhorar a qualidade dos serviços de saúde, (3) reduzir as desigualdades geográficas no acesso e utilização dos serviços de saúde, (4) melhorar a eficiência dos serviços de saúde prestados, (5) fortalecer as parcerias de saúde, (6) aumentar a transparência e a responsabilização na utilização dos recursos públicos e (7) fortalecer a governação do sistema de Saúde de Moçambique ²⁶. ~

113. Depois dos resultados alcançados de 2015 a 2016, foi estabelecida como meta do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2017 um crescimento na ordem de 3,6%, baseado na expectativa de aumento no atendimento nas consultas externas, nos partos institucionais e no internamento. Interessa-nos agora ver como estas medidas foram implementadas e que resultados produziram.

VACINAÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 12 MESES DE IDADE

114. Em 2017 pretendia-se atingir 90% de vacinação em crianças menores de 12 meses de idade, o equivalente a 952 212 crianças num universo de 1 030 521. No ponto de partida, em 2014, ano de referência para o PQG, as vacinações situavam-se na ordem de 82% e a meta para 2019 ficou em 94%, indicativo de que parte de crianças moçambicanas continuarão sem acesso a estes serviços. De 2015 a 2016 foram vacinadas 87% de crianças. Com os 90% de 2017 poder-se-ia dizer que a meta de 94% fixada para 2019 será alcançada e ultrapassada em 2018 e a ser assim podermos vislumbrar a possibilidade de se alcançar os desejáveis 100%.

CRIANÇAS E ADULTOS EM TARV

115. Em relação ao TARV pediátrico a meta para o ano 2017 foi de atingir 87 039 crianças, o correspondente a 80%, o mesmo valor percentual estabelecido como meta até 2019 (80% é a meta na proposta de plano e orçamento para 2018). A mesma meta de 80% foi fixada para adultos em TARV no mesmo período, o correspondente a 1 038 118 adultos em TARV.

116. De 2015 a 2016 foram alcançados os seguintes resultados: 69% de crianças em TARV e 64% de adultos em TARV. Este último valor é igual ao de 2014, uma vez que em 2015 o valor havia baixado para 52%. No caso de crianças, em 2015 verificou-se o mesmo cenário de redução, tendo sido atingidos apenas 52%, muito abaixo dos 45% de 2014, e em 2016 a realização situou-se em 69%. Esta tendência serve para mostrar que os 80% previstos como meta para 2017 não foram alcançados. Na proposta de orçamento para 2018 foi fixado o mesmo valor como meta a alcançar.

117. Se considerarmos que a meta de 80% já em si é problemática, a avaliar pela delicadeza da situação,

25 Em 2014 havia 40 hospitais distritais. Em 2017 são cerca de 46 os hospitais distritais em funcionamento no total de 150 distritos.

26 UNICEF. "Mozambique State Budget Proposal: Analysis of the Social and Economic Sectors for Fiscal Year 2018". October 2017, p. 3

a oscilação nas taxas de realização põe em causa a vida de milhares de moçambicanos, visto que cerca de 10,6 por cento dos adultos na faixa etária de 15-49 anos vive com HIV, e de cerca de 1,5 milhão de pessoas que vivem com o HIV em Moçambique 7% são crianças.

EXPANSÃO DO ACESSO E MELHORIA DA QUALIDADE DE ATENDIMENTO

118. Para o objectivo de melhorar a qualidade do atendimento e da prestação de serviços de Saúde foi estabelecida como meta para 2017 a contratação de 2 019 novos profissionais da Saúde: 500 de nível superior e 1 519 de nível médio.
119. Até ao mês de Setembro do presente ano tinham sido colocados 788 novos profissionais no sistema da Saúde, dos 2 019 previstos. A contratação de novos funcionários é um dos condicionantes para a melhoria da qualidade do atendimento e mediante o resultado acima vislumbra-se que este objectivo está longe de ser atingido.
120. De 2015 a 2017 o Governo construiu 6 hospitais distritais, medida consagrada nos esforços para a expansão do sistema da Saúde e melhoria do atendimento. É caso para perguntar como será possível num ano construir 14 hospitais distritais, considerando o nível de restrição orçamental nas despesas de investimento.

REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

121. Até Setembro de 2017 foram assistidos 51% de partos institucionais nas unidades sanitárias, dos 76% planificados para o ano, uma meta revista no PES 2017 (meta no PQG 2015-2019 é de 75% de partos institucionais). Não é perceptível o facto de se ter estabelecido esta meta (ponto de partida de 71% em 2014), considerando o plano de expansão dos serviços de Saúde que constam como prioridade no PQG: construção de novas unidades sanitárias, reabilitação e modernização das já existentes. Como se pode depreender, esta meta (74%) é facilmente alcançável, mesmo num cenário de redução do financiamento. Por exemplo: a meta para 2015 foi de 72% (PQG) e revista para 73% (PES 2015) e o resultado alcançado foi de 75%; a meta de 2016 foi de 73% (PQG e PES 2016) e o resultado alcançado foi de 77%; a meta de 2017, 75% (PQG) revista para 76% no PES 2017. É caso para dizer que não se percebe muito bem a racionalidade das metas fixadas nos PES, se considerarmos os resultados dos anos anteriores.
122. De acordo com os indicadores contidos na avaliação de meio termo do PQG 2014-2019, o Governo está longe de atingir a meta em relação à construção de hospitais distritais. Mais atenção deve ser dada a esta componente e ao provisionamento de TARV. A continuar com a redução dos investimentos não se vislumbra a possibilidade de se garantir o acesso aos serviços de Saúde de qualidade nos distritos²⁷. Estamos diante do cenário identificado pelo FMO, relativamente ao orçamento de 2016, que alertava que a insuficiência de recursos levaria à degradação do nível e qualidade dos serviços de saúde²⁸.
123. O sector da Saúde deve priorizar a construção de hospitais e a provisão do TARV para crianças e adultos. Esta não tem sido a prioridade e não o foi no ano de 2017, mediante o corte no investimento que

27 UNICEF. “Mozambique State Budget Proposal: Analysis of the Social and Economic Sectors for Fiscal Year 2018”. October 2017, pp. 25-26

28 FMO. “Análise das Propostas do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2016. Foco de Análise: Saúde, Educação, Água e Saneamento e Acção Social. Documento Submetido à Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República”. Maputo, 2015

se verificou durante este ano.

124. A questão da insuficiência de recursos humanos e do absentismo dos quadros existentes tem sido indicada como factor que contribui para a baixa qualidade na prestação de serviços de saúde. Recomenda-se que o país deve investir melhorar na prontidão do pessoal da Saúde e das unidades sanitárias²⁹.
125. Continuam a registar-se disparidades entre as áreas urbanas e áreas rurais e entre ricos e pobres das áreas urbanas no acesso e utilização dos serviços de saúde de qualidade. Este cenário é perceptível fazendo a estimativa da dotação por pessoa, comparando o tamanho da população por província. Por isso recomenda-se a necessidade de se priorizar as províncias que apresentam maiores necessidades (o exemplo mais citado é a Zambézia)³⁰.

SECTOR DE ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

126. O sector de Água e Saneamento é constituído por instituições públicas responsáveis por fornecer serviços de abastecimento de água, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos e fornecimento de instalações sanitárias. Entre elas destacam-se: o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH), que inclui a Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS), responsável pelos serviços de abastecimento de água e saneamento, e a Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos (DNGRH), que responde pela gestão dos recursos hídricos. Inclui ainda o Conselho Regulador da Água (CRA), o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), a Administração de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento (AIAS)³¹.
127. Este sector está integrado na **Prioridade II** (“*Desenvolvimento do Capital Humano e Social*”) no PQG 2015-2019 através do objectivo estratégico que visa aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento, transportes, comunicações e habitação. As Acções prioritárias envolvem, entre outras: a) o estabelecimento de novas ligações domiciliárias de água canalizada; b) a redução de perdas nos sistemas de abastecimento da água; c) a expansão do acesso aos serviços básicos de saneamento; d) a garantia da higiene e abastecimento de água nas escolas; e) a construção e reabilitação de fontes de água nas zonas rurais.
128. É já conhecida a dificuldade em fazer o cálculo do orçamento destinado ao sector de Água, Saneamento e Higiene devido sobretudo à natureza das áreas cobertas pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos³². Os dados disponíveis revelam que este sector representou 3,9% do Orçamento do Estado de 2017 (1,5% em 2015, 3,6% em 2016 e 1,5% na proposta de orçamento para 2018) e 1,4% do PIB. Segundo a análise feita pelo Unicef, “em termos reais, o orçamento do sector de 2017 representa um menor aumento de 12% relativamente ao orçamento de 2016; decresceu 20% quando comparado com a dotação actualizada de 2016, contudo incrementou 17% em relação à despesa de 2016”³³.
129. É de certo modo contraditório o valor global do investimento disponibilizado para garantir o acesso

29 UNICEF. *Moçambique: Informe Orçamental 2017: Saúde*. Maputo, UNICEF, p. 1

30 Ibid.

31 UNICEF. 2017. *Moçambique: Informe Orçamental 2017: Água, Saneamento e Higiene*. Maputo, UNICEF, pp. 3.

32 Ver, por exemplo, este objectivo estratégico: “Aumentar a provisão e o acesso aos serviços de abastecimento de água, saneamento, transportes, comunicações e habitação”. Ver também o documento da WaterAid elaborado em 2012, com o título “Análise do Financiamento no Sector de Água e Saneamento em Moçambique”; FMO. Policy Brief: “Pelo aumento das alocações orçamentais, prestação de contas e transparência no sector de Água e Saneamento”. Novembro de 2016

33 UNICEF. *Moçambique: Informe Orçamental 2017: Água, Saneamento e Higiene*. Maputo, UNICEF, 2017, p. 1

a fontes de água segura e de qualidade e aos serviços de saneamento adequados, se considerarmos que no PQG 2015-2019 e nas políticas do sector da Saúde a qualidade da água e do saneamento do meio surgem como parte das preocupações, quando se pensa nas intervenções para a melhoria do estado da saúde da população, incluindo a possibilidade de prevenção e erradicação de certas doenças. O saneamento do meio aparece igualmente como parte das medidas para a erradicação das Doenças Tropicais Negligenciadas desde o ano 2009, em particular nas zonas rurais onde estas doenças ultrapassam 40% ³⁴. Na mesma linha, a componente de água potável é um dos “principais indicadores sociais” do PQG 2015-2019. Isto significa que o país prefere mais continuar a investir cerca 1,3% do PIB a tratar as doenças provocadas pelo deficiente saneamento do meio e pelo consumo de água inapropriado para o consumo humano do que investir parte desse valor na melhoria destas condições ³⁵.

130. Ainda citando o PQG 2015-2019, o Governo reconhece que 10% do fardo global da doença poderia ser prevenido através da melhoria da disponibilidade de água potável, saneamento, higiene e gestão dos recursos hídricos. Mas olhando para os resultados de 2017, mantém-se a política de discriminação das zonas rurais, menos beneficiadas nos orçamentos direccionados ao sector de água e saneamento.
131. O PES 2017 previa construir e reabilitar 11 sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais, construir e reabilitar 1 000 fontes de água dispersas e reabilitar 160 fontes de água dispersas.
132. Os resultados alcançados, segundo os indicadores de desempenho do PQG 2015-2019 no sector de água e saneamento, no período 2015-2017, com base no relatório da avaliação de meio-termo, são: no meio rural 40% da população beneficia de uma fonte de água (grau de realização de -52%); já no meio urbano 84% da população beneficia de fonte de água segura (grau de realização -20%). Em relação ao saneamento, apenas 21% da população no meio rural usa serviços de saneamento adequados (grau de realização -17%); e no meio urbano a percentagem da população que usa serviços de saneamento adequado é de 58% (grau de realização -27%) ³⁶.
133. Apesar dos vários esforços realizados pelo Governo ainda há muito a fazer para garantir a expansão, uso, gestão de água potável e saneamento do meio. Aqui os desequilíbrios entre o meio rural e o meio urbano são os mais gritantes. De acordo com WaterAid, em Moçambique apenas 52% de casas têm acesso a água potável, o que significa que quase metade da população está desprovida deste serviço. O mesmo documento refere que apenas 21% da população tem acesso a serviços adequados de saneamento, o que afecta sobretudo crianças. O acesso a água e saneamento afecta a educação e a qualidade de vida das pessoas ³⁷.
134. O Governo está longe de atingir a sua meta de assegurar o acesso a fontes de água seguras e de garantir serviços de saneamento adequados, tanto para a população rural como urbana. O acesso a fontes seguras de água para a população de Moçambique ainda é um objectivo muito distante de se alcançar, tanto no meio rural como no urbano. No meio urbano o número de casas com água canalizada ainda está longe de satisfazer as metas do sector e as expectativas sociais das pessoas que aí habitam. Por outro lado, o cenário de fecalismo a céu aberto não parece ter mudado nos últimos anos. É preciso prestar mais atenção a estes aspectos com vista a se alcançar o objectivo de melhorar a situação de saneamento ³⁸.

34 MISAU. *Plano Estratégico do Sector da Saúde 2014-2019*. Maputo, MISAU, 2014, pp. 20-21

35 FMO. Policy Brief: “Pelo aumento das alocações orçamentais, prestação de contas e transparência no sector de Água e Saneamento”. Maputo, FMO, Novembro de 2016

36 UNICEF. *Mozambique State Budget Proposal: Analysis of the Social and Economic Sectors for Fiscal Year 2018*. Maputo, October 2017, p. 30

37 <http://www.wateraid.org/where-we-work/page/mozambique> (consultado em 8 de Dezembro de 2017).

38 UNICEF. *Mozambique State Budget Proposal: Analysis of the Social and Economic Sectors for Fiscal Year 2018*. October 2017, pp. 30-31

135. Por um lado, o FMO considera que o GdM não vai conseguir alcançar as metas do PQG se continuar com o ritmo actual de alocações. Por outro lado, as OSC estão preocupadas com a pouca atenção dada ao saneamento e provimento de fontes de água seguras nas escolas e nos hospitais. As pesquisas realizadas e algumas em curso revelaram a existência de US sem nenhuma fonte de água, US com fontes de água não funcionais, outras com fontes com avarias constantes e tantas outras US com sanitários convencionais mas que não possuem água corrente ³⁹.

SECTOR DE ACÇÃO SOCIAL E TRABALHO

EMPREGO E TRABALHO

136. O subsector do Emprego e Trabalho está subdividido entre a **Prioridade II**. (“Desenvolvimento do Capital Humano e Social”) e **Prioridade III**. (“Promover o Emprego e Melhorar a Produtividade e a Competitividade”). Vimos que em relação à Prioridade II o foco tem sido nos esforços para a melhoria da competitividade da economia nacional e das empresas. A agricultura orientada para o mercado, sobretudo a do sector familiar, é vista como o cenário ideal para a criação de emprego e de renda. Em torno destas preocupações estão alinhados alguns objectivos estratégicos: a) aumento da produção e produtividade, sobretudo na agricultura; b) promoção da industrialização e modernização da economia; c) promoção do emprego, legalidade laboral e segurança social; e) promoção da cadeia de valor dos produtos primários nacionais.
137. Deste modo, o Balanço do Plano Económico e Social para 2017 (Janeiro a Setembro) reporta, para a **Prioridade III**, a criação de 176 467 empregos; o plano anual estipula 281 652, isto é, realização de 63% da meta.
138. Rosimina Ali⁴⁰ questiona-se sobre o tipo de emprego que está a ser criado no actual contexto produtivo em Moçambique, olhando para os rendimentos e os modos de vida, para pensar até que ponto o emprego criado consegue garantir efectivamente a redução da pobreza ou a melhoria das condições de vida para as pessoas.
139. É um posicionamento crítico em relação ao formato usado pelo GdM para difundir a ideia de promoção de trabalho, uma vez que o Plano Económico e Social não especifica que tipo de trabalho/ emprego será criado, o que torna difícil fazer o acompanhamento ou monitoria. A matriz que consta do Plano Quinquenal do Governo 2015-2019 indica quantos empregos serão criados durante o quinquénio (1500 postos de trabalho) e posteriormente faz-se a discriminação por metas anuais. Nestas contas misturam-se o sector público e o sector privado.
140. É caso para perguntar como serão criados estes empregos no contexto da crise e se será possível contabilizar os empregos perdidos devido a falência de empresas. Como sabemos, o Estado, até aqui o

39 “Mais Vida”, um projecto implementado pela N’weti-Comunicação para Saúde, Centro de Integridade Pública (CIP) e Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), com financiamento da Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC) e do Programa AGIR. https://www.facebook.com/nweti.org/?hc_re-f=ARTDKhFjHaMfWGAzpV1LdxOuFXBs18IMBYY8Xb9WIrXpPo4mlPZasfZk73xR9A5wxEc

40 Rosimina Ali é investigadora do IESE e fez uma comunicação com o título “Mercados de trabalho, criação de emprego e desenvolvimento em Moçambique” no debate sobre “Lacunas do mercado de trabalho, crescimento inclusivo e desenvolvimento em Moçambique?”, realizado no dia 29 de Novembro de 2017. <http://www.iese.ac.mz/mercados-de-trabalho-criacao-de-emprego-e-desenvolvimento-em-mocambique/>

maior empregador, praticamente deixou de empregar pessoas, exceptuando nos sectores da Saúde e da Educação. Ao mesmo tempo, que tipo de qualificações e como são criadas as competências que respondam ao mercado de trabalho? Qual será o verdadeiro impacto das formações do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP)?

141. Não basta criar emprego: a subida do custo de vida, o nível de inflação e a instabilidade frustram de certa forma as dinâmicas de criação de emprego. Ao mesmo tempo, os salários pagos nos sectores da Agricultura, onde o Estado deposita a principal aposta, são extremamente baixos devido ao modelo sazonal de contratação. É aqui onde se coloca a questão da vulnerabilidade e onde será interessante olhar para as medidas de protecção social.

ACÇÃO SOCIAL

142. No PQG 2015-2019 a Acção Social surge nos Indicadores do Capital Humano e Social passando a integrar o Objectivo Estratégico V - “Promover a igualdade e equidade de género nas diversas esferas do desenvolvimento económico, social, político e cultural, assegurar a protecção e desenvolvimento integral da criança e garantir a assistência social aos combatentes e às pessoas em situação de pobreza e de vulnerabilidade”. Neste caso, garantir a assistência e integração social das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade é uma acção prioritária no PQG.
143. De acordo com o UNICEF, a “Acção Social e Trabalho”, na Lei do Orçamento do Estado (LOE) 2017, compreende as acções cobertas pelas seguintes instituições: Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) e suas respectivas Direcções Provinciais; Instituto Nacional de Acção Social (INAS) e suas (30) Delegações; Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social e os Subsídios Sociais (SS) que se encontram registados na Categoria dos Encargos Gerais do Estado ⁴¹.
144. Nos últimos anos o Estado prestou uma atenção especial ao subsector da Acção Social. Mesmo em situação de crise, agravada pela saída dos parceiros que financiavam alguns programas⁴², o Governo foi capaz de manter o seu financiamento e em alguns casos incrementou. No entanto, para as organizações da sociedade civil tem sido difícil seguir com detalhe os investimentos realizados. Primeiro, porque a Acção Social é tratada de forma diferente em cada Plano Económico e Social. O FMO constata, por exemplo, que no PES de 2015 a Acção Social esteve associada ao subsector do Trabalho, considerada como “Acção Social e Trabalho”, e no PES de 2016, para além da Acção Social e Trabalho, incluía-se também “Saúde e Acção Social”.
145. Na análise feita pelo UNICEF este também constata o mesmo cenário na Lei do Orçamento do Estado (LOE) 2017, onde a “Acção Social” foi classificada como parte do sector “Acção Social e Trabalho”, estando, entretanto, sob alçada do Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS), ao Instituto Nacional de Acção Social (INAS), aos Subsídios Sociais. Por causa da componente trabalho também consta o subsector “Trabalho e Emprego”, entretanto, sob alçada do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social.
146. As OSC são de opinião de que esta situação deve ser alterada, como forma de contribuir para a

41 UNICEF. *Moçambique, Informe Anual: Acção Social*. Maputo, UNICEF, 2017, pp. 4.

42 Casos do *Department for International Development UK (DFID)* e a Embaixada do Reino dos Países Baixos (EKN) que se retiraram em 2016. *ibid.* pp. 5

transparência das acções deste subsector da Acção Social. Uma das soluções apontadas é separar a Acção Social do Trabalho, Emprego e Segurança Social, pela sua especificidade ⁴³.

147. No geral, verificou-se o aumento do número de beneficiários dos programas de protecção social de 507 900 agregados familiares em 2016 para 540 531 agregados familiares em 2017. Do total de beneficiários (crianças, pessoa idosa, pessoas com deficiência e mulheres chefes de agregado familiar), cerca de 371 747 estão integrados no Programa de Subsídio Social Básico, 47 227 no Programa de Apoio Social Directo (PASD) e 121 557 no Programa de Acção Social Produtiva (PASP). Agregados Familiares (AF) beneficiários do PSSB, PASD e PASP representam 19% dos AF em situação de pobreza em Moçambique ⁴⁴.
148. Em 2017 o sector da “Acção Social e Trabalho”, programas implementados pelo MGCAS e pelo INAS (excluindo os “subsídios sociais”: combustíveis e alimentos), foi incrementado, comparado ao ano anterior. Em termos de peso no PIB, em 2016 foi de 0,56% e em 2017 foi de 0,59%. Em termos de peso no OE, em 2016 foi de 1,60% e em 2017 o peso no OE foi 1,74%.
149. Com a inflação verificou-se uma corrosão do valor atribuído ao Programa Subsídio Social Básico (PSSB) que afectou o poder de compra dos beneficiários das transferências. Paradoxalmente, em 2017 o valor não foi reajustado (foi feito um ajustamento em 2013, 2014 e 2015). O valor do *kit* alimentar distribuído através do Programa Apoio Social Directo (PASD) foi igualmente mantido nos mesmos valores de 2015 (1 500,00 MT).
150. Recomenda-se o reforço dos programas de protecção social básica em contexto de crise económica por estar a verificar-se o aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade. A Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) 2016-2024 prevê atingir no orçamento de 2024 o peso no PIB de 2,23% como forma de cobrir as despesas dos vários programas de protecção social. Actualmente, ano 2017, este peso situa-se em torno de 0,47%. Este mesmo documento prevê cobrir 1 milhão de beneficiários em 2019 e 3,3 milhões até 2024, uma forma de dar resposta aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estipulados pelos organismos das Nações Unidas. Entretanto, reforçamos o apelo de se reconsiderar a meta de atender apenas 25% dos agregados familiares em situação de vulnerabilidade em 2019 (PQG 2015-2019). Qual será o destino dos restantes 75%? A ideia de esperar até 2035 para atingir 75% de famílias em situação vulnerável (Estratégia Nacional de Desenvolvimento – ENDE – 2015-2035) é assustadora. Devemos considerar dois aspectos: a possibilidade de a crise se arrastar por mais alguns anos, apesar do optimismo do Governo de Moçambique para o próximo ano, e a tendência de crescimento da população para imaginar quantas pessoas irão engrossar o exército de desempregados e com isso o número de pessoas em situação de vulnerabilidade por dia, mês e ano.

43 FMO. “Análise das Propostas do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2016. Foco de Análise: Saúde, Educação, Água e Saneamento e Acção Social. Documento Submetido à Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República”. Maputo, 2015.

UNICEF. *Moçambique, Informe Anual: Acção Social*. Maputo, UNICEF, 2017, pp. 4.

44 De acordo com o África 21 Digital com ONU News (<https://africa21digital.com/2017/07/15/unesco-preocupada-com-desemprego-em-mocambique/>), pelo menos 15 milhões de moçambicanos, de acordo com o Banco Mundial, vivem na pobreza extrema, sobrevivendo cada dia com menos de 2 dólares norte-americanos. Desses desfavorecidos somente pouco mais de 500 mil agregados familiares têm acesso a um dos programas de Protecção Social Básica existentes no nosso País (Subsídio Social Básico, Apoio Social Directo, Serviços Sociais de Acção Social ou Acção Social Produtiva).

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO ECONÓMICA

CONTEXTO INTERNACIONAL

151. De acordo com as perspectivas do World Economic Outlook (WEO, Outubro de 2017), a economia mundial em 2017 deverá atingir um crescimento de 3,6%, representando um aumento em 0,4 pontos percentuais (pp) face a 2016 – a pior taxa desde a crise económica mundial.
152. As perspectivas de crescimento económico mundial constituem uma oportunidade para o aumento da produção e das exportações da economia nacional. Mas dentro deste contexto mundial surgem as tendências observadas na região da África subsaariana.
153. O impulso de crescimento na África subsaariana permanece frágil, marcando uma ruptura com a rápida expansão testemunhada desde a virada do milénio. O ano 2016 foi um ano difícil para muitos países, com o crescimento regional a 1,4 por cento – o menor nível de crescimento em mais de duas décadas. Por um lado, a maioria dos exportadores de petróleo esteve em recessão e as condições em outros países com recursos intensivos continuaram difíceis. Por outro lado, outros países que não têm recursos intensivos continuaram a crescer de forma robusta. Uma recuperação moderada em crescimento de cerca de 2,6 por cento é esperada em 2017, mas isso está aquém das tendências passadas e é muito baixo para colocar a África subsaariana de volta ao caminho do aumento dos padrões de vida.
154. Enquanto a África subsaariana continua a ser uma região com um enorme potencial de crescimento, a deterioração das perspectivas globais reflecte, em parte, o ajuste insuficiente das políticas económicas. Nesse contexto, e para colher esse potencial, são necessárias medidas de política doméstica fortes e sólidas para reiniciar o mecanismo de crescimento. Esta é a lição que o Governo de Moçambique deve ter em conta sobre as dinâmicas internacionais.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS 2017 – MOÇAMBIQUE

SECTOR MONETÁRIO

155. O sector monetário no presente ano, 2017, foi caracterizado pela melhoria dos seus indicadores, no entanto, sem reflectir em melhorias de vida da população. O destaque vai para os seguintes indicadores: i) aumento das Reservas Internacionais Líquidas (RIL); ii) redução das taxas de juro de referência, porém, sem impacto na redução das taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais e, consequentemente, mantendo o elevado custo do dinheiro para a população; iii) apreciação do metical e v) aumento das exportações maioritariamente dos grandes projectos.
156. As RIL tiveram uma tendência ligeiramente crescente em 2017, tendo o saldo passado de 1.792,8

milhões de dólares no início do ano para 2.155 milhões de dólares em Setembro, correspondendo a um aumento em termos de cobertura de importação de bens e serviços não factoriais de 5 meses em Janeiro para 6,1 meses de importação em Setembro de 2017 (20,2). Esta situação ocorre depois do saldo ter representado, em 2016, a cobertura de apenas 2,8 meses de importações. É importante notar que a melhoria na cobertura das importações pelas RIL também ocorreu porque caiu o nível das importações – uma tendência negativa.

157. Esta recuperação do saldo das RIL, por um lado, deveu-se ao incremento das exportações de 3.354,9 milhões de dólares em 2016⁴⁵ para 4.828,1 milhões de dólares em 2017⁴⁶ e, por outro lado, pela intervenção do Banco de Moçambique na adopção de medidas restritivas no mercado cambial interbancário, tendo o BM comprado até Agosto de 2017, 812,7 milhões de dólares dos bancos comerciais⁴⁷.
158. Depois de, em 2016, ter sido caracterizado por uma política monetária restritiva, em 2017, o BM optou pelo refreio da mesma, iniciando timidamente uma trajectória expansiva. Após ter mantido a taxa de juro de FPC⁴⁸ em 23,25% e FPD⁴⁹ em 16,25% e o coeficiente de reservas obrigatórias em 15,50% em Fevereiro de 2017, o Banco Central de Moçambique reduziu as taxas de juro ao logo do ano, tendo atingido no último Comité de Política Monetária (CPMO) 22%, 15,5% e 14% para FPC, FPD e reservas obrigatórias, respectivamente.
159. Esta tendência da política menos restritiva, caracterizada pela redução nas taxas directoras, deveria ter-se reflectido numa redução das taxas de juro adoptadas pelos bancos comerciais.
160. Mas não foi o que se verificou: as taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais mantêm-se altas, embora a política monetária tenha sido reforçada pela introdução de uma taxa de juro de referência, denominada taxa MIMO, para permitir maior controle nos mecanismos de formação das taxas de juro pelos bancos comerciais. Adicionalmente, em Junho foi introduzida a *prime rate* única de todo o sistema bancário, mas, mesmo assim, as taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais permanecem altas. A *prime rate* das operações activas dos bancos comerciais manteve-se praticamente rígida, tendo oscilado de 27,97% em Janeiro para 27,50% em Outubro do corrente ano⁵⁰.
161. Este encarecimento do crédito aumentou as dificuldades de acesso ao crédito, sobretudo das pequenas e médias empresas e das famílias. Com estas medidas, é expectável a concentração do crédito nos sectores de rentabilidade alta e de retorno rápido do capital, sobretudo no financiamento dos défices do Governo (emissão de bilhetes e bónus de tesouro), comércio, transportes e nas comunicações, penalizando os sectores produtivos de bens agrícolas e industriais para o mercado interno.
162. Em termos cambiais, 2017 caracterizou-se pela apreciação do metical face ao dólar americano. De acordo com os comunicados de imprensa do CPMO do BM, o câmbio passou de 68,2 MT/USD em Janeiro para 61 MT/USD em Outubro, contrariando a tendência de depreciação em cerca de 46% ocorrida em 2016.
163. A apreciação do metical contribuiu para a redução substancial do défice da balança comercial. O valor das exportações no terceiro trimestre aumentou em USD 991 milhões perante uma redução de USD 108 milhões em importações.

45 Balança de Pagamento, Banco de Moçambique, 2016

46 Comité de Política Monetária, Banco de Moçambique, Agosto de 2017

47 Idem.

48 FPC – Facilidade Permanente de Cedência.

49 FPD – Facilidade Permanente de Depósito.

50 Fonte: www.bancomoc.mz (estatísticas gerais/estatísticas do crédito/taxas de juro (Activos/Passivos), consultado em 15 de Dezembro de 2017

164. Porém, importa realçar que este aumento nas exportações se reflectiu maioritariamente nas exportações dos grandes projectos. Sendo estes projectos de capitais estrangeiros, os lucros são expatriados e estes apresentam poucas ligações na economia, reduzindo, assim, os efeitos na melhoria de vida dos cidadãos.
165. No que concerne a balança de pagamentos, o contexto internacional melhorou em 2016, ligado à recuperação dos preços de alguns dos principais bens exportados por Moçambique.
166. O défice da balança de pagamentos era de 8.054 milhões de dólares americanos em 2016, uma melhoria notável com o défice, em 2015, de 11.334,2 milhões de USD.
167. Dados da balança de pagamentos do Banco de Moçambique apontam para uma redução de 20% do IDE.
168. O resultado destas tendências positivas é que as reservas cambiais eram, em Outubro de 2017, incluindo os grandes projectos, de cerca de seis meses (tendo atingido menos de dois meses em 2016). Esta evolução positiva foi consequência de um incremento mais rápido das exportações comparativamente com as importações, sobretudo devido ao aumento do preço e da produção de carvão e de alumínio. Actualmente, estes dois produtos representam perto de 60% das exportações.

FINANÇAS PÚBLICAS

Défice

Tabela 2 - Equilíbrio Orçamental
(Em Milhões de Meticals)

Recursos e Despesas	Ano 2016					Ano 2017				
	Orçamento Anual		Realização Jan-Set		%	Orçamento Anual		Realização Jan-Set		%
	Valor	Peso	Valor	Peso	Realiz.	Valor	% Peso	Valor	% Peso	Realiz.
Recursos Internos	187.315,1	77,0	120.904,7	80,3	64,5	207.436,3	76,2	138.876,5	83,1	66,9
Receitas do Estado	165.540,9	68,0	118.622,6	78,8	71,7	186.333,5	68,4	132.519,5	79,3	71,1
Créditos Internos	21.774,2	8,9	2.282,0	1,5	10,5	21.102,8	7,8	6.357,0	3,8	30,1
Recursos Externos	56.043,0	23,0	29.679,9	19,7	53,0	64.852,4	23,8	28.174,0	16,9	43,4
Donativos Externos	18.192,6	7,5	7.113,1	4,7	39,1	14.047,6	5,2	7.297,2	4,4	51,9
Créditos Externos	37.850,4	15,6	22.566,9	15,0	59,6	50.804,8	18,7	20.876,8	12,5	41,1
Total de Recursos	243.358,2	100,0	150.584,6	100,0	61,9	272.288,7	100,0	167.050,5	100,0	61,4
Desp. de Funcionamento	143.411,4	58,9	105.809,6	73,5	73,8	156.449,9	57,5	110.217,4	68,0	70,4
Despesa de Investimento	76.014,9	31,2	27.019,7	18,8	35,5	80.381,2	29,5	27.512,3	17,0	34,2
Componente Interna	28.870,3	11,9	15.708,0	10,9	54,4	28.033,6	10,3	10.794,5	6,7	38,5
Componente Externa	47.144,5	19,4	11.311,7	7,9	24,0	52.347,6	19,2	16.717,8	10,3	31,9
Operações Financeiras	23.931,8	9,8	11.174,2	7,8	46,7	35.457,6	13,0	24.327,5	15,0	68,6
Activas	8.100,0	3,3	4.935,7	3,4	60,9	12.654,8	4,6	11.706,5	7,2	92,5
Passivas	15.831,8	6,5	6.238,6	4,3	39,4	22.802,8	8,4	12.621,0	7,8	55,3
Total de Despesa	243.358,2	100,0	144.003,5	100,0	59,2	272.288,7	100,0	162.057,2	100,0	59,5
Variação de Saldos	0,0		6.581,1					4.993,3		
Total de Aplicações	243.358,2		150.584,6		61,9	272.288,7		167.050,5		61,4

Fonte: Relatório de Execução Orçamental de Janeiro-Setembro 2017

169. Os quadros apresentados no Relatório de Execução do Orçamento (REO) para Janeiro-Setembro de 2017 mostram, no geral, uma deterioração pronunciada da situação fiscal, comparando com o mesmo período de 2016.
170. Quanto às Receitas do Estado, as realizações até Setembro de 2017 foram abaixo da realização do mesmo período de 2016 (71,1% em 2017, comparando com 71,7% em 2016). Mas, ao mesmo tempo, de forma preocupante, a realização de créditos internos foi bem superior, comparada com 2016: 30,1% em 2017 e 10,5% em 2016. Isto implica que as Receitas do Estado não foram suficientes para financiar as despesas que o Governo executou no mesmo período.
171. Uma razão é encontrada na queda de créditos externos, tanto em percentagem de realização

como em meticais, reflectindo a continuação da crise de confiança que o Governo tem com os parceiros internacionais. A outra razão é ligada ao ritmo acelerante dos encargos da dívida (55,3% em 2017 comparada com 39,4% em 2016, representando o duplo em Meticais), que estão absorvendo mais e mais os recursos do Governo.

172. As análises fiscais continuam sendo dificultadas em Moçambique pela falha do Governo em adoptar um sistema internacionalmente reconhecido de apresentação de contas fiscais (“*Chart of Accounts*”). A consequência é que o Governo usa categorias que são difíceis de entender, como “Operações financeiras activas” e “Outras operações”, que, às vezes, dão a impressão de que o Governo está a esconder informação negativa nestas rubricas.

173. Outra consequência notável desta falha é a falta total do conceito de “défice primário” (ver caixa 1). Referência ao défice primário é feita cada vez que o FMI fala do desastre das contas fiscais em Moçambique – e o público moçambicano não tem nenhuma ideia do que o FMI está a falar. É impressionante (no sentido negativo) que o Governo decline apresentar este défice fiscal que é uma ferramenta fundamental para a boa gestão das políticas fiscais. É verdade que se menciona o termo – pela primeira vez – na Proposta do Orçamento para 2018. Mas só aparece uma vez no texto, não aparece em nenhuma tabela anexa à Proposta e menos ainda na devida análise.

DÉFICE PRIMÁRIO

O défice primário é importante porque mede a robustez fundamental da situação fiscal. Em termos aritméticos é a diferença entre as receitas totais (sem donativos) e as despesas totais, excluindo juros, investimento com recursos externos e empréstimos líquidos com recursos externos. Em termos de análise, o défice primário é utilizado para medir a responsabilidade/falta de responsabilidade da política fiscal. Como o saldo primário exclui pagamentos dos juros da dívida (tanto interna como externa), um saldo primário menor do que os juros internos e externos indicaria que o Governo tem que fazer novos empréstimos só para pagar a dívida existente e para financiar o investimento e os empréstimos líquidos com recursos internos¹.

O FMI está a fornecer assistência técnica ao Governo Moçambicano, já há bastante tempo, para a apresentação das contas fiscais no contexto do Manual sobre as Estatísticas Fiscais (*Government Finance Statistics Manual, GFSM*). Até agora o Governo não adoptou o manual mas não é por falta de assistência técnica e sim por falta de priorização deste assunto junto do Ministério da Economia e Finanças (MEF) para a produção de estatísticas de qualidade, acompanhado de falta de vontade política para a implementação das recomendações da assistência técnica.

APRESENTAÇÃO DAS CIFRAS FISCAIS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL

174. Já se mencionou em cima que o Governo de Moçambique não usa uma apresentação

internacionalmente aceite das suas cifras fiscais. O quadro abaixo mostra as cifras fiscais usando tal classificação internacional, com conclusões de tendência preocupante. As receitas totais (em percentagem do PIB) caem e as despesas, notavelmente as despesas de funcionamento, sobem. A consequência inevitável é que o défice, tanto antes como depois de donativos, aumenta.

	2016	2017
<i>Em percentagem do PIB</i>	<i>CGE</i>	<i>EST</i>
Receitas totais	24.2	23.1
Despesas totais	30.0	32.2
Despesas de funcionamento	20.6	23.7
<i>das quais:</i> Despesas com o pessoal	11.4	12.8
Encargos da dívida	2.4	3.5
Despesas de investimento	7.4	6.5
Com financiamento interno	0.0	3.3
Com financiamento externo	0.0	3.2
Empréstimos líquidos	2.0	1.9
Saldo primário	2.5	2.8
Défice total, antes de donativos	-5.7	-9.1
Donativos	2.2	0.6
Para investimentos	1.9	0.0
Programas especiais	0.1	0.0
Apoio ao orçamento	0.2	0.0
Défice total, depois de donativos	-3.6	-8.5
Financiamento externo	4.2	5.8
Financiamento interno	2.3	4.6
Amortizações ext	-1.7	-1.9

175. Assim, o défice total, depois de donativos, mais que duplica em relação a 2016. Como o financiamento externo só sobe moderadamente, o financiamento interno tem que absorver esta necessidade de liquidez – aumentando 2 pp. Isto demonstra o que já se sabia: que a emissão de Bilhetes de Tesouro está a aumentar vertiginosamente, num contexto onde as taxas de juro estão acima de 20%.

RECEITAS

176. As metas de arrecadação de receitas para o Estado têm sido inatingíveis desde 2015. Por causa disso, para 2017 reina algum cepticismo quanto a possibilidade de se atingir a meta de colecta de 186.333,5

milhões de meticais de Receitas do Estado. A principal razão por detrás disso é a visível dificuldade que a Autoridade Tributária vem enfrentando para colectar receitas para os cofres do Estado, minando a garantia da plena execução da despesa pública.

177. Este ano, e como continuidade do comportamento do ano anterior, os atrasos dos pagamentos dos salários aos funcionários públicos foram bastante notórios; viu-se um Estado a funcionar com carência de recursos e a fazer pressão à Autoridade Tributária para encontrar formas alternativas para colectar receita dos agentes económicos, especialmente do empresariado nacional (PME). E o recurso constante ao crédito interno notabilizou-se como sendo a principal fonte de financiamento do défice dada a dificuldade que o país enfrenta para aceder a mercados financeiros externos.

178. Corroborando com as expectativas negativas quanto ao alcance da meta de arrecadação de receitas do Estado, de Janeiro a Setembro do presente ano⁵¹ a colecta de receitas correntes, com uma realização de cerca de 71,5%, teve um desempenho ligeiramente inferior ao período homólogo de 2016, com uma diferença de aproximadamente 1,2 pp.

Tabela 3 - Receitas do Estado
(Em Milhões de Meticais)

Classificação Económica	Ano de 2016			Ano de 2017			Variação 2016/2017	
	Lei	Cobrança Jan-Set	% Realiz	Lei	Cobrança Jan-Set	% Peso	% Realiz	%
RECEITAS CORRENTES	162.353,5	117.997,4	72,7	183.147,1	130.983,1	98,8	71,5	11,0
Tributárias	155.059,2	109.728,7	70,8	169.257,2	122.957,1	92,8	72,6	12,1
Impostos Nacionais	155.059,2	109.728,7	70,8	169.257,2	122.957,1	92,8	72,6	12,1
Impostos s/ o Rendimento	64.685,0	47.330,6	73,2	69.410,8	57.686,0	43,5	83,1	21,9
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas	40.404,3	28.268,0	70,0	45.768,6	35.443,3	26,7	77,4	25,4
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Singulares	24.108,7	18.878,2	78,3	23.507,0	22.016,9	16,6	93,7	16,6
Imposto Especial sobre o Jogo	172,1	184,4	107,2	135,3	225,7	0,2	166,8	22,4
Impostos s/ Bens e Serviços	74.466,5	45.757,8	61,4	81.566,5	47.479,6	35,8	58,2	3,8
Imposto s/ o Valor Acrescentado	48.407,0	32.367,6	66,9	56.274,1	34.226,3	25,8	60,8	5,7
IVA - Nas Operações Internas	19.157,3	20.443,4	106,7	22.650,3	18.947,5	14,3	83,7	-7,3
IVA - Nas Importações	29.249,6	21.701,9	74,2	33.623,8	21.798,1	16,4	64,8	0,4
IVA - Reembolsado		-9.777,7			-6.519,3			-33,3
Imp. s/ Comércio Externo	13.918,0	8.641,5	62,1	15.248,1	8.483,0	6,4	55,6	-1,8
Imp. s/ Consumo Esp. Produção Nacional	5.146,2	2.498,1	48,5	3.802,3	2.722,1	2,1	71,6	9,0
Imp. s/ Consumo Esp. Produtos Importados	6.995,3	2.250,6	32,2	6.242,0	2.048,2	1,5	32,8	-9,0
Taxas	13.005,6	12.894,1	99,1	15.189,2	12.700,3	9,6	83,6	-1,5
Das quais:								
Taxas Sobre os Combustíveis	5.529,5	5.596,2	101,2	4.825,4	4.795,2	3,6	99,4	-14,3
Taxas Nacionais	7.476,2	7.297,9	97,6	10.363,8	7.905,1	6,0	76,3	8,3
Outros Impostos Nacionais	2.902,0	3.746,3	129,1	3.090,6	5.091,3	3,8	164,7	35,9
Imposto Especifico S/ Actividade Mineira	782,7	830,5	106,1	934,0	2.928,0	2,2	313,5	252,6
Imposto Especifico S/ Actividade Petrolifera	327,4	353,2	107,9	368,8	476,6	0,4	129,2	34,9
Outros Impostos Nacionais	1.791,9	2.562,5	143,0	1.787,7	1.686,7	1,3	94,3	-34,2
Outras Receitas Correntes	7.294,4	8.268,7	113,4	13.889,9	8.025,9	6,1	57,8	-2,9
Contribuições Sociais	3.093,4	2.484,8	80,3	7.590,6	848,7	0,6	11,2	-65,8
Patrimoniais	377,8	3.301,3	873,9	163,2	2.087,4	1,6	1.279,0	-36,8
Exploração de Bens de Domínio Público	329,5	411,2	124,8	762,1	1.467,1	1,1	192,5	256,8
Venda de Bens e Serviços	3.313,1	1.938,6	58,5	4.670,5	3.475,1	2,6	74,4	79,3
Outras	180,6	132,8	73,5	703,5	147,7	0,1	21,0	11,2
RECEITAS DE CAPITAL	3.187,4	625,2	19,6	3.186,4	1.536,4	1,2	48,2	145,7
Alienação do Património do Estado	3.187,4	45,3	1,4	3.186,4	75,5	0,1	2,4	66,9
Outras Receitas de Capital		580,0		0,0	1.460,9	1,1		151,9
Receitas Correntes e de Capital	165.540,9	118.622,6	71,7	186.333,5	132.519,5	100,0	71,1	11,7

O valor do IVA Bruto cobrado é de 40.745,6 milhões de meticais, tendo sido deduzido o montante de 6.519,3 do reembolso do IVA, ficando IVA Líquido =34.226,3 milhões de meticais

Fonte: Autoridade Tributária de Moçambique

Fonte: Relatório de Execução Orçamental de Janeiro-Setembro 2017

179. Esta tendência esteve associada à fraca colecta de receitas do imposto sobre comércio externo de cerca de 55,6% – particularmente do imposto de consumo específico para produtos importados com

uma realização de apenas 32,8%. Ademais, houve uma queda forte da receita das contribuições sociais⁵² com apenas 11,2% de realização. Do lado da receita de capital, ainda que tenha tido um desempenho ligeiramente melhor ao de igual período do ano anterior, dado o seu peso ínfimo no total das receitas do Estado, o seu incremento pouco ou nada contribui para reverter o cenário de difícil colecta de recursos.

180. No que tange ao crédito interno, dados do Banco de Moçambique⁵³ (BM) indicam um endividamento bruto através da emissão de Bilhetes de Tesouro de aproximadamente 100.000 milhões de meticais até Outubro, facto que contraria completamente os documentos orçamentais que previam um financiamento interno para 2017 de cerca de 21.102,8 milhões de meticais, ou seja, cerca de 78,9% para além do previsto. Esta tendência revela que o Estado está com sérias dificuldades de financiar as suas despesas. Ademais, esta forma de endividamento, para além de ser danosa no contexto actual de elevadas taxas de juro, por estimular a manutenção das mesmas é danosa para as famílias e para o empresariado nacional, pois terão menor acesso ao financiamento interno e o mais agravante é o ónus que vai criar às gerações futuras que deverão pagar estes empréstimos.

DESPEAS

181. Aquando da aprovação do Orçamento do Estado 2017, o executivo propôs-se a pautar por um princípio de consolidação fiscal. Esta deveria supostamente iniciar em 2016 com o objectivo de garantir a sustentabilidade da despesa pública e corrigir de forma gradual os desequilíbrios fiscais. Para tal, as medidas de racionalização previstas foram: (i) contenção das despesas com combustíveis; (ii) contenção das despesas com comunicações e viagens; (iii) contenção das despesas em ajudas de custos dentro e fora do país; (iv) congelamento de novas admissões, salvaguardando os sectores da Educação, Saúde e Agricultura, etc. No entanto, não se apresentou o impacto orçamental de tais medidas.

182. Surpreendentemente, no decorrer do presente exercício económico, através dos diferentes meios de comunicação social foi possível acompanhar uma tendência altamente despesista e esbanjadora em que esteve envolvido o Governo do Presidente Nyusi, num ano tido como atípico, em que a escassez de recursos fez com que os pagamentos dos salários dos funcionários públicos fosse em média num intervalo de 40 a 45 dias. Não obstante, foram adquiridas viaturas de marca Mercedes para supostamente conferir dignidade aos Deputados (no valor de 228 milhões de meticais⁵⁴), foram adquiridas viaturas de luxo para dirigentes (no valor de cerca de 118 milhões de meticais⁵⁵) e viu-se ainda uma aquisição de um jacto executivo (no valor de aproximadamente 531 milhões de meticais⁵⁶) a favor das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) em benefício de uma pequena minoria privilegiada.

183. Indo à execução da despesa plasmada nos documentos orçamentais, de Janeiro a Setembro do ano corrente foram mobilizados recursos na ordem de 162.057,2 milhões de meticais. Desta cifra, que corresponde a uma taxa de realização de cerca de 59,5% (ou seja, 0,3 pp superior a igual período do ano anterior), o nível central, tal como tem sido aprovado nas leis orçamentais, absorveu a maior parte dos recursos, com um peso de 66,5%, em seguida os níveis distrital, provincial e autárquico com um peso de 19,6%, 12,7% e 1,3%, respectivamente.

52 Receitas provenientes das contribuições dos trabalhadores ou dos empregadores, tanto de entidades públicas quanto privadas, e que sejam destinadas ao custeio da aposentação e segurança social.

53 Estatísticas Monetárias : Síntese Global e dos Bancos Comerciais.

54 <http://portalmoznews.com/2017/06/compra-mercedes-benz-deputados-legitima-diz-rogerio-nkomo.html> (acedido em 15 de Dezembro de 2017)

55 <http://opais.sapo.mz/governo-compra-45-viaturas-de-luxo> (acedido em 15 de Dezembro de 2017)

56 <http://www.moz.life/afinal-o-jato-executivo-nao-e-para-nyusi-como-dizia-a-imprensa/> (acedido em 15 de Dezembro de 2017)

Tabela 12 - Despesas Totais por Âmbitos
(Em Milhões de Metcais)

Tipo de Despesa e Âmbitos	Ano 2016				Ano 2017				Variação 2016/17 (%) a/
	Orçamento Actual.	Realiz. Jan-Set	% Realização	% Peso	Orçamento Actual.	Realiz. Jan-Set	% Realização	% Peso	
Funcionamento	143.411,4	105.809,6	73,8	100,0	156.449,6	110.217,4	70,4	100,0	-10,6
Central	84.792,9	57.067,5	67,3	53,9	94.772,6	61.351,7	64,7	55,7	-7,1
Provincial	26.443,9	21.235,3	80,3	20,1	22.839,6	17.116,7	74,9	15,5	-31,5
Distrital	29.988,1	25.769,8	85,9	24,4	36.480,0	30.078,7	82,5	27,3	-0,8
Autárquico	2.186,6	1.736,9	79,4	1,6	2.357,8	1.670,4	70,8	1,5	-18,3
Investimento Interno	28.870,3	15.708,0	54,4	100,0	28.033,6	10.794,5	38,5	100,0	-41,6
Central	19.084,3	12.181,1	63,8	77,5	20.485,3	8.423,4	41,1	78,0	-41,2
Provincial	4.867,5	1.841,8	37,8	11,7	3.660,3	1.311,0	35,8	12,1	-39,5
Distrital	3.645,2	934,7	25,6	6,0	2.581,4	645,5	25,0	6,0	-41,3
Autárquico	1.273,4	750,5	58,9	4,8	1.306,7	414,6	31,7	3,8	-53,1
Investimento Externo	47.144,5	11.311,7	24,0	100,0	52.347,6	16.717,8	31,9	100,0	38,5
Central	41.126,8	8.779,0	21,3	77,6	48.235,7	13.584,6	28,2	81,3	45,0
Provincial	5.063,0	1.778,1	35,1	15,7	2.670,4	2.077,6	77,8	12,4	9,5
Distrital	954,7	754,6	79,0	6,7	1.441,5	1.055,5	73,2	6,3	31,1
Operaç. Financeiras	23.931,8	11.174,2	46,7	100,0	35.457,6	24.327,5	68,6	100,0	98,6
Despesa Total	243.358,1	144.003,5	59,2	100,0	272.288,7	162.057,2	59,5	100,0	-1,7
Central	168.935,7	89.201,8	52,8	61,9	198.951,1	107.687,3	54,1	66,5	6,6
Provincial	36.374,4	24.855,3	68,3	17,3	29.170,3	20.505,4	70,3	12,7	-29,2
Distrital	34.588,1	27.459,1	79,4	19,1	40.502,9	31.779,6	78,5	19,6	-1,3
Autárquico	3.459,9	2.487,4	71,9	1,7	3.664,4	2.084,9	56,9	1,3	-28,8

a/ - Variação em termos reais, com inflação a 17,68% e variação cambial a 6,7%.
Fonte: REOE Jan-Set 2016, MEX e Sectores.

Fonte: Relatório de Execução Orçamental de Janeiro-Setembro 2017

184. No que tange às **despesas de funcionamento**, no geral tiveram níveis de realização relativamente inferiores aos de igual período do ano transacto. No entanto, em termos nominais as despesas com pessoal (62.491,3 milhões de metcais), os encargos da dívida (14.055,7 milhões de metcais) e os subsídios ao transportador (451,7 milhões de metcais) registaram aumentos na ordem de 6,5%, 29,6% e 223,3%, respectivamente.

Tabela 13 - Despesa de Funcionamento, Segundo a Classificação Económica
(Em Milhões de Metcais)

Classificação Económica	Ano 2016			Ano 2017			Variação 2016/17 (%)	
	Orçam. Actual.	Realiz. Jan-Set	% Real.	Orçam. Lei 10/2016	Realiz. Actual.	% Real.		
Despesas com o Pessoal	70 473.2	58 670.8	83.3	77 362.8	77 491.4	62 491.3	80.6	-9.5
Salários e Remunerações	66 448.4	55 961.0	84.2	73 948.3	73 777.2	60 683.2	82.3	-7.9
Demais Despesas c/ Pessoal	4 024.8	2 709.8	67.3	3 414.5	3 714.2	1 808.1	48.7	-43.3
Bens e Serviços	25 121.0	17 221.0	68.6	27 147.0	27 565.6	14 092.6	51.1	-30.5
Encargos da Dívida	15 122.3	10 841.9	71.7	26 937.9	26 937.9	14 055.7	52.2	16.9
Juros Internos	7 205.2	4 554.8	63.2	8 937.9	10 529.9	5 700.0	54.1	6.3
Juros Externos	7 917.1	6 287.1	79.4	18 000.0	16 408.0	8 355.7	50.9	24.6
Transferências Correntes	21 410.2	17 685.0	82.6	20 721.1	20 723.0	17 758.9	85.7	-13.7
Transfer. a Admin. Públicas	3 726.7	2 856.7	76.7	3 942.1	4 022.0	3 175.3	78.9	-1.1
Autarquias	2 186.6	1 736.9	79.4	2 357.8	2 357.8	1 670.4	70.8	-18.3
Embaixadas	1 397.5	1 051.2	75.2	1 415.8	1 514.6	1 452.9	95.9	29.5
Outras	142.6	68.5	48.1	168.5	149.6	52.0	34.8	-35.5
Transfer. a Admin. Privadas	394.9	301.9	76.4	508.1	538.4	390.5	72.5	9.9
Transferências a Famílias	14 874.4	12 300.4	82.7	15 560.9	15 339.6	13 762.3	89.7	-4.9
Pensões	9 276.7	8 462.7	91.2	10 652.3	10 497.7	10 435.1	99.4	4.8
Assist. Social à População	3 436.4	2 598.6	75.6	3 249.1	3 161.4	2 424.2	76.7	-20.7
Demais Transf. a Famílias	2 161.3	1 239.0	57.3	1 659.5	1 680.4	903.0	53.7	-38.1
Transferências ao Exterior	2 414.1	2 226.0	92.2	710.0	823.1	430.8	52.3	-81.9
Subsídios	1 140.0	1 140.0	100.0	2 697.0	2 697.0	1 465.9	54.4	9.3
Dos quais:								
Subs. aos Combustíveis		0.0				0.0		0.0
Subs. à Farinha de Trigo		0.0				247.9		0.0
Subs. ao Transportador		139.7				451.7		174.8
Exercícios Findos	91.3	7.7	8.4	125.0	133.6	42.7	32.0	0.0
Demais Desp. Correntes	9 700.6	154.6	1.6	1 233.6	675.9	253.4	37.5	39.3
Despesas de Capital	352.8	88.6	25.1	225.5	225.5	56.9	25.2	-45.4
Total	143 411.4	105 809.6	73.8	156 449.9	156 449.9	110 217.4	70.4	-10.6

a/ - Variação em termos reais, com inflação a 17,68% e variação cambial a 6,7%.

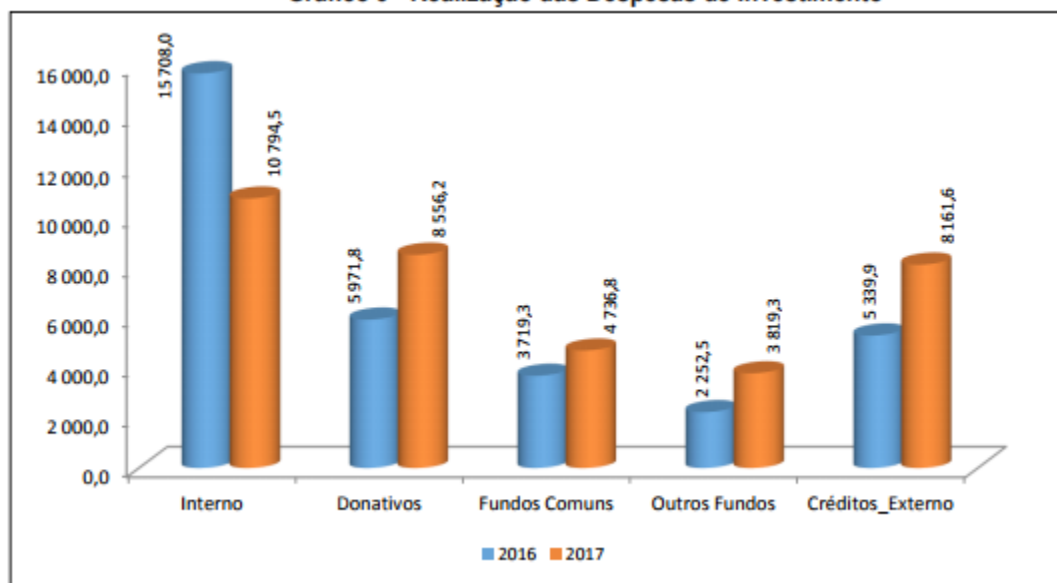
Fonte: REOE Jan-Set 2016 e MEX.

185. No que tange às **despesas de investimento**, no período em análise foram mobilizados cerca de 27.513,3 milhões de meticais, dos quais 39,2% correspondem ao financiamento interno e 60,8% ao financiamento externo.

186. O **financiamento interno**, com 10.794,5 milhões de meticais e uma taxa de realização de apenas 38,5%, foi inferior (se comparado com o período homólogo de 2016), tanto em termos nominais como em percentagem de realização.

187. Enquanto, em **financiamento externo**, embora em termos nominais a percentagem de realização seja superior que em igual período do ano anterior, a taxa de realização não atingiu sequer 50% (ou seja 31,9%). Os fundos comuns, os outros fundos (via CUT⁵⁷ e extra-CUT) e os outros créditos extra-CUT foram os que mais contribuíram para o alcance destas cifras. Importa realçar que este tipo de financiamento esteve apenas direccionado a projectos específicos e 44,8% de fundos extra-CUT, reforçando a desconfiança por parte dos parceiros de cooperação.

Gráfico 9 - Realização das Despesas de Investimento



Fonte: Relatório de Execução Orçamental de Janeiro-Setembro 2017

DESPESAS COM SECTORES SOCIAIS

188. Até Setembro do ano corrente, os sectores sociais foram cobertos com uma despesa de cerca de 72.182 milhões de meticais, apenas 50,4% de realização do total das despesas direccionadas a esses sectores. O sector da Educação foi o que mais absorveu estes recursos com um total de 35.632 milhões de meticais e uma taxa de realização de 73,8% (menos 3,1 pp em relação a igual período do ano transacto).

189. No cômputo geral, para além do sector da Educação, com excepção do sector da Saúde (realização de 57,7%) e sistema judicial (97,6%), os restantes sectores, em termos de realização das despesas alocadas, não atingiram sequer 50%, o que é muito preocupante dado que são sectores que pela sua natureza são carenciados.

Tabela 30: Despesas nos Sectores Económicos e Sociais
(Em Milhões de Meticals)

Sectores	Ano 2016				Ano 2017				Variação	
	Orçamento		Realização		Orçamento		Realização		Taxa	2016/17
	Annual	Jan-Set	Peso	Realiz	Inicial	Jan-Set	Peso	Realiz	(%)	a/
	Valor	Valor	(%)	(%)	Valor	Peso	Valor	Peso	(%)	a/
Educação	44.237	34.011	27,9	76,9	48.288	23,0	35.632	28,8	73,8	-10,0
Ensino Geral a)	36.282	28.695	23,5	79,1	40.614	19,3	31.045	25,1	76,4	-7,1
Ensino Superior	7.954	5.317	4,4	66,8	7.674	3,7	4.586	3,7	59,8	-25,8
Saúde	22.720	12.343	10,1	54,3	21.144	10,1	12.191	9,9	57,7	-14,7
Sistema de Saúde a)	22.720	12.343	10,1	54,3	21.144	10,1	12.191	9,9	57,7	-14,7
Infra-estruturas	32.265	10.669	8,7	33,1	37.114	17,7	10.805	8,7	29,1	-8,7
Energia/Recursos Minerais	1.993	1.013	0,8	50,8	2.997	1,4	957	0,8	31,9	-18,4
Estradas	23.986	5.116	4,2	21,3	17.901	8,5	6.399	5,2	35,7	12,2
Águas	4.478	3.759	3,1	84,0	6.356	3,0	1.922	1,6	30,2	-52,6
Obras Públicas	1.808	781	0,6	43,2	9.859	4,7	1.526	1,2	15,5	78,3
Agricultura e Desenv. Rural b)	14.037	5.693	4,7	40,6	16.863	8,0	5.586	4,5	33,1	-14,7
Sistema Judicial	3.921	3.083	2,5	78,6	3.057	1,5	2.984	2,4	97,6	-17,3
Transportes e Comunicações *					9.126	4,3	1.335	1,1	14,6	
Outros Sectores Estruturantes	4.998	3.331	2,7	66,7	7.558	3,6	3.649	3,0	48,3	-6,3
Ação Social	3.790	2.745	2,3	72,4	4.739	2,3	2.562	2,1	54,1	-19,9
subsídios	602	122	0,1	20,2	2.176	1,0	700	0,6	32,2	387,7
Trabalho e Emprego	606	464	0,4	76,7	643	0,3	387	0,3	60,2	-29,2
Total	122.176	69.131	56,7	56,6	143.150	68,2	72.182	58,4	50,4	-9,5
Desp Total Excl. Juros e Op. Financ.	204.304	121.987	100,0	59,7	209.893	100,0	123.674	100,0	58,9	-12,7
Encargos da Dívida	15.122	10.842		71,7	26.938		14.056		52,2	16,9
Juros Internos	7.205	4.555		63,2	8.938		5.700		63,8	6,3
Juros Externos	7.917	6.287		79,4	18.000		8.356		46,4	24,6
Operações Financeiras	23.932	11.174		46,7	35.458		24.328		68,6	98,6
Internas	8.100	4.936		60,9	8.553		6.961		81,4	19,8
Externas	15.832	6.239		39,4	26.905		17.366		64,5	160,9
Despesa Total	243.358	144.004		59,2	272.289		162.057		59,5	-1,7

Em termos reais, com inflação média a 17,68% e variação cambial a 6,7%

a) Inclui serviços distritais de Educação e Saúde respectivamente

b) - Inclui Fundo de Desenvolvimento Distrital, infra-estruturas sócio-económicas, actividade económica e projectos de desenvolvimento rural nos sectores da Indústria e Comércio e da Administração Estatal.

* Inclusão do Sector a partir do presente exercício económico baseado na nova metodologia de elaboração do orçamento.

Fonte: REOE 2016, MEX e Sectores

Fonte: Relatório de Execução Orçamental de Janeiro-Setembro 2017

190. As despesas dos sectores sociais são tidas como as que mais absorvem recursos do Orçamento do Estado. No entanto, o detalhe orçamental da sua execução não existe e por causa dessa lacuna não é possível aferir até que ponto estes sectores são privilegiados. Acoplado a isto está o facto de que, se estas despesas não são executadas na sua totalidade, a ideia de sectores prioritários não passa de uma falácia.

DÍVIDA PÚBLICA /DESPESAS EM ATRASO

191. Em Abril de 2016 a economia de Moçambique recebeu um *shock* que a vai afectar por muito tempo: a descoberta de dívidas ilegais de mais de 1,4 bilião de dólares americanos. A crise, conhecida como a crise das dívidas ocultas, manifestou-se imediatamente no sentido de a cooperação internacional cancelar as transferências dos fundos para o Apoio ao Orçamento do Estado, num valor aproximado de 305,2 milhões de dólares em 2016. Mais, o FMI suspendeu o financiamento de 165 milhões de dólares à economia moçambicana (110 milhões de dólares em 2016 e 55 milhões de dólares em 2017). Também o investimento directo estrangeiro em 2016 decresceu em cerca de 20% em relação ao ano de 2015.

192. A combinação destes factores teve como principais consequências económicas:
- O abrandamento do crescimento económico (de uma média de uns 7% nos 10 últimos anos, para 3,8% em 2016);
 - A dívida pública, em Dezembro de 2015, era de uns 11,6 mil milhões de dólares americanos, cerca de 78,3% do PIB; em finais de 2016 passou para aproximadamente 15,5 mil milhões de dólares, representando 137,5% do PIB;
 - O serviço da dívida pública passou de 6,9 mil milhões de meticais em 2015 para 15,1 mil milhões de meticais em 2016;
 - O défice público passou de 13,2% do PIB em finais de 2015, para 12,5% em finais de 2016, segundo a apresentação de contas do Governo⁵⁸;
 - A dívida pública aumentou, socorrendo-se de empréstimos internos, basicamente do sistema bancário. Esta opção retira dinheiro do possível crédito à economia (sector privado e famílias), reforçando a política monetária recessiva do Banco de Moçambique frente às políticas fiscais expansivas que o Governo mantém;
 - O serviço da dívida aumentou significativamente. Passou de aproximadamente 15 mil milhões de Meticais em 2016 para uma estimativa de 26,9 mil milhões de meticais em 2017, o que representa um aumento de 78% no ano corrente. Mais: para 2018 já está programado aumentar para 33,2 mil milhões de meticais.
193. Pouco se sabe acerca das dívidas das empresas públicas, inclusive sobre as dívidas para os quais o Estado é avalista ou fez “cartas de conforto” para os bancos.
194. O esclarecimento acerca das dívidas ilegais é absolutamente necessário para o reinício do pequeno e médio investimento nacional e estrangeiro, para o aumento da confiança e retorno da cooperação, aspectos fundamentais para reduzir os desequilíbrios macroeconómicos, melhorar o ambiente de negócios, assegurar o bom funcionamento dos mercados e melhorar o nível de vida dos cidadãos. **O acordo com o FMI é a condição primeira para se alcançar os objectivos referidos.**
195. O Governo não proporciona ao público informação sobre atrasos na liquidação de despesas cabimentadas⁵⁹. É óbvio que o Banco Mundial considera a situação de acumulação de atrasos suficientemente grave para no seu documento mencionar uma cifra de US\$ 660 milhões em despesas não pagas a credores nacionais e estrangeiros⁶⁰. Por sua vez, a agência de notícias Macauhub cita a CTA a dizer que “O governo moçambicano deve cerca de 29 mil milhões de Meticais – uns US\$ 468 milhões – para o sector privado de bens e serviços entre 2009 e 2017”⁶¹.
196. Os pagamentos referentes à dívida pública aumentaram de 14,6 MMT (juros e amortizações) em 2015 para 27,7 MMT em 2016. Esta última cifra suprime montantes que deviam ter sido pagos mas que não foram pagos, na maioria ligados às dívidas ocultas cujo serviço de pagamento apareceu pela primeira vez em 2016. Ao ter que contabilizar o serviço da dívida, como discutido amplamente por vários órgãos de informação e pela Sociedade Civil em Moçambique, inclusive o CIP⁶², o impacto negativo sobre o “espaço fiscal” (recursos disponíveis que beneficiam a população) do orçamento se agravou dramaticamente em

58 Fonte: Ministério de Economia e Finanças

59 No seu documento “Moçambique: Actualização da Situação Económica (Julho 2017)”, o Banco Mundial defende que “A acumulação de atrasos, assim como um aumento do financiamento interno, estão impedindo o ajuste fiscal” (pág. 2). Houve atrasos em pagamentos a credores estrangeiros (as dívidas ocultas assim como a dívida da Empresa Pública dos Aeroportos de Moçambique) e a provedores nacionais.

60 Página 12.

61 Macauhub. “Estado moçambicano deve 464 milhões de dólares em bens e serviços”, 14 de Setembro de 2017

62 462-Um_olhar_sobre_a_despesa_publica 15-05-2016- “Mozambique’s public debt disaster: Will the Government continue to avoid fiscal transparency?” e 459_um_olhar_despesa_09 – Desastre da Dívida Pública em Moçambique: Vai o Governo continuar a pautar por falta de transparência?

2016. É preocupante o Governo não ter encontrado em 2016 uma solução para os pagamentos contratuais referentes à dívida externa. Neste contexto, é um passo positivo a decisão tomada pelo Governo de *reactivar as publicações sobre o saldo da dívida pública em meados de 2017, publicação que estava suspensa há muito tempo.*

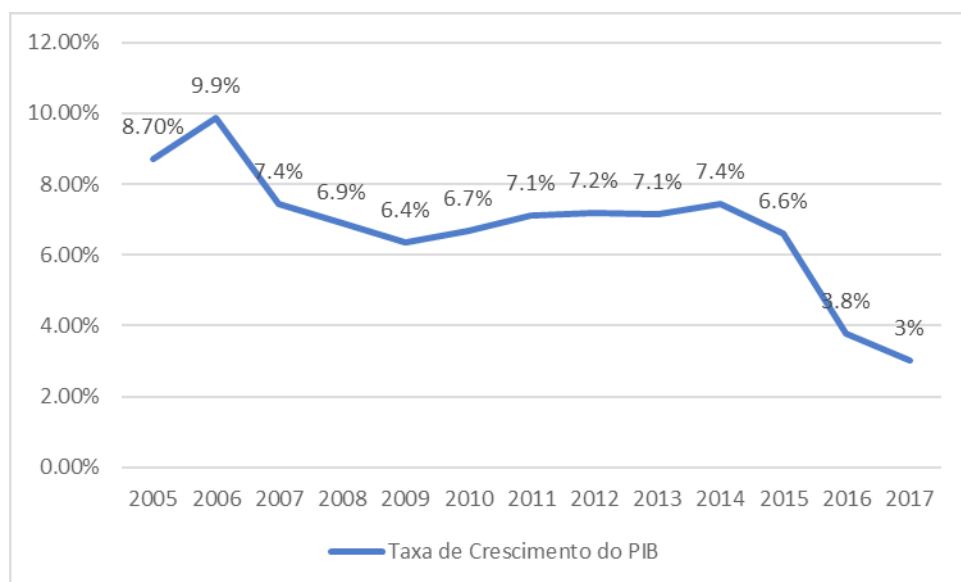
ECONOMIA REAL

PIB E INFLAÇÃO

Produto Interno Bruto (PIB)

197. A previsão de crescimento económico feita pelo FMI, em Maio do corrente ano, era de uma taxa de 4,5%⁶³. Porém, segundo dados do INE, nos primeiros três trimestres de 2017 o PIB registou um abrandamento na taxa média de crescimento para 3%, contrariando as expectativas iniciais. Esta taxa corresponde a uma redução em 0,8 pp relativamente à taxa registada em 2016 (3,8%).

Gráfico 1: Crescimento da Economia, 2005 a 2017



Fonte: Dados do INE, 2017

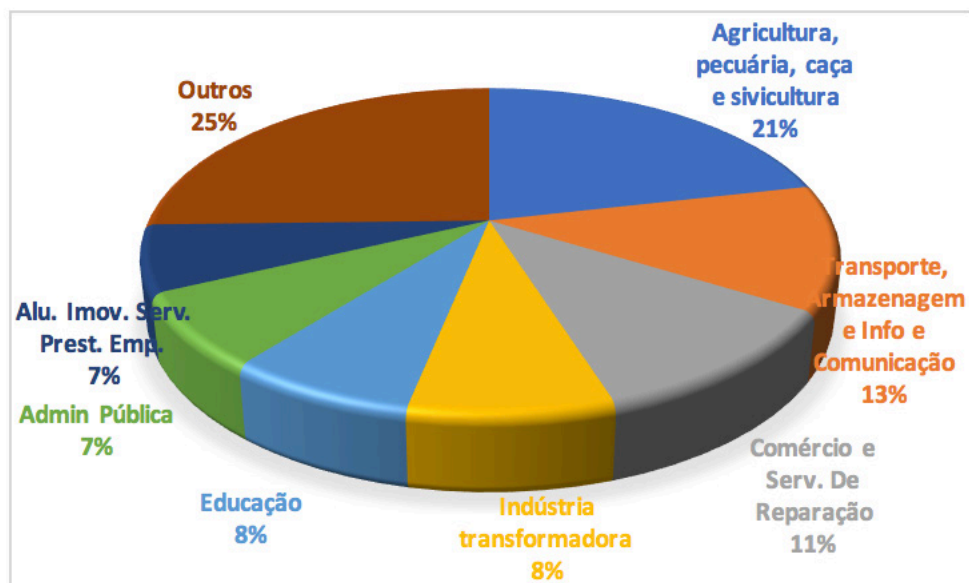
198. Este abrandamento na taxa de crescimento económico (com início em 2015), após uma média de crescimento de 7%, nos dez anos anteriores, deveu-se a diversos factores: (i) variação negativa do sector secundário em 4,9% (principalmente a redução do sector de electricidade, gás e água em 11,7%), pese embora a indústria de extracção mineira tenha registado o crescimento médio de 40,1% nos primeiros três trimestres do ano⁶⁴; (ii) redução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em mais de 50% em termos anuais, de USD 3.093,4 milhões em 2016 para USD 1.222,4 milhões até ao terceiro trimestre de 2017⁶⁵.

63 Monthly Macro Overview: Africa, BPI, Maio de 2017

64 Dados extraídos do INE, 2017.

65 Informação Estatística, Banco de Moçambique, Novembro de 2017.

Gráfico 2: Peso dos Sectores de actividade no PIB, III TRIM 2017



Fonte: INE, 2017

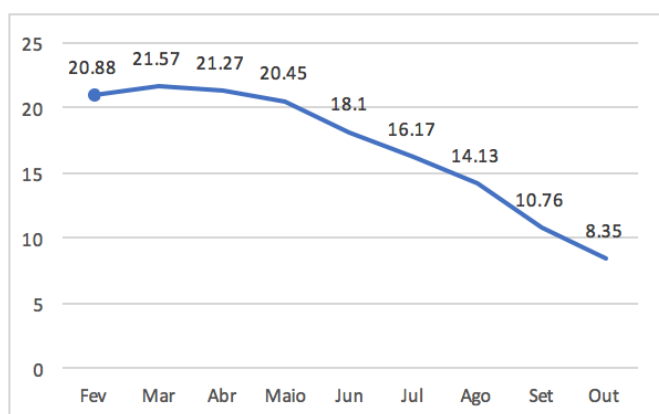
199. A agricultura, que alberga grande parte da população activa, continua com o maior peso na economia, 21% (vide gráfico acima). Porém, o sector registou o crescimento de apenas 2,6% ao longo de 2017⁶⁶. O que significa que o sector de onde a maior parte da população retira o seu rendimento tem estado a crescer cada vez menos, com produtividade cada vez mais baixa e uso de baixa tecnologia. Esta situação reflecte-se directamente na degradação do nível de vida da população.

INFLAÇÃO

200. Em termos de preços, ao longo de 2017 a inflação anual (medida em termos de Índice de Preço ao Consumidor) teve tendência decrescente, passando de 20,6% em Janeiro para 7,2% em Novembro de 2017. A taxa de inflação registada em Novembro corresponde a uma redução de 19,2 pp relativamente ao período homólogo de 2016.

201. Os produtos com maior contribuição acumulada positiva (até Novembro de 2017) foram a gasolina para veículos de transporte pessoal, pão de trigo, carvão vegetal e refeições completas em restaurantes.

Gráfico 3: Evolução do IPC (Inflação Anual), 2017



Fonte: INE, 2017

66 Refere-se aqui à taxa de crescimento dos primeiros 3 trimestres.

202. Importa realçar que um dos grandes constrangimentos e desafios é o facto de que nas cifras de inflação trazidas pelo INE para o cálculo da inflação de Moçambique são consideradas apenas as três grandes capitais provinciais (Maputo, Beira e Nampula). Isto torna a cifra divulgada pouco realista pelo facto de não captar as dinâmicas da maior parte das restantes cidades, cujas dinâmicas divergem das três capitais provinciais actualmente consideradas.

AMBIENTE ECONÓMICO

203. O indicador de clima económico teve tendência de deterioração, no terceiro trimestre de 2017, contrariando a recuperação que se verificou no segundo trimestre do ano (INE).

204. Esta deterioração deveu-se à avaliação negativa dos empresários relativamente às perspectivas de preços e de emprego, principalmente para os sectores de transporte, produção industrial e construção, apesar da opinião optimista relativamente às perspectivas da procura e do emprego futuro.

205. Porém, se comparado com o trimestre homólogo de 2016, o indicador do clima económico melhorou ligeiramente.

206. A nível internacional, a imagem financeira de Moçambique deteriorou-se a partir de 2016, reflectida, por um lado, pela avaliação pelas empresas de *rating* (Fitch, Moodys, Standard & Poors) que colocaram o país na categoria de *default* (“lixo”). Isto denota um país não cumpridor dos compromissos financeiros internacionais e, por outro lado, pela constante deterioração do índice de corrupção (pela Transparência Internacional), tendo caído da posição 112 em 2015 para 142 em 2016, reduzindo a confiança na economia pelos investidores estrangeiros.

207. Estas avaliações têm impacto negativo sobre o investimento estrangeiro, sobre os índices de competitividade e do ambiente de negócios (*doing business*), o que reforça a degradação do clima económico do País e compromete a possível recuperação da economia nos próximos tempos.

208. Adicionalmente, tem-se verificado o encerramento de várias empresas no País, com consequências nefastas para o emprego e para a disponibilidade de bens e serviços na economia.

209. O cenário negativo do ambiente económico é agravado pela tendência crescente do crédito malparado no sector bancário, o que reflecte a (in)capacidade das empresas e dos particulares de honrarem os seus compromissos.

210. De acordo com KPMG⁶⁷, o rácio médio de crédito em incumprimento dos três maiores bancos em 2016 foi de cerca de 3%, enquanto os bancos de pequena dimensão se situaram em cerca de 7%. A situação é justificada pela concentração da exposição de crédito desses bancos no segmento das pequenas e médias empresas.

211. Até ao final do primeiro semestre de 2017 registou-se uma melhoria no crédito mal parado em alguns bancos. Exemplo disso é a redução da imparidade de crédito em dois dos maiores bancos da praça, o Standard Bank e o BCI, com uma redução de cerca de 300 milhões⁶⁸ e 200 milhões⁶⁹ de meticais, respectivamente, no primeiro semestre de 2017, comparativamente com o mesmo período de 2016.

212. Porém, esta tendência pode mudar devido a uma actividade económica associada a elevadas taxas de juro no sector bancário.

67 Pesquisa sobre Sector Bancário, 2016, KPMG.

68 Demonstrações Financeiras, Junho de 2017, Standard Bank

69 Demonstrações Financeiras, Junho de 2017, BCI

CORRUPÇÃO EM MOÇAMBIQUE

213. Moçambique tem-se situado nas piores posições no que tange a dois dos índices que definem o comprometimento do Executivo para o alcance do bem-estar da população, em geral.
214. De acordo com o Índice de Percepção de Corrupção 2016, divulgado pela Transparência Internacional, Moçambique recebeu a pontuação de 27 que varia de 0 (para o mais corrupto) até 100 (menos corrupto), tendo-se situado na posição 142 de um total de 154 países a nível mundial. Esta pontuação resulta de uma queda de cerca de 30 lugares na sua posição, depois de se ter situado na posição 112 em 2015 com uma pontuação de 31. Importa realçar que esta queda vertiginosa na sua pontuação está directamente relacionada com o escândalo das dívidas ocultas divulgado pela imprensa internacional num montante de aproximadamente 2 biliões de dólares (aproximadamente 10% do PIB).
215. Ademais, de acordo com o Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG) 2017⁷⁰, Moçambique faz parte dos oito países com uma rápida deterioração do seu índice, cuja tendência negativa se vem deteriorando desde 2007 e piorou mais nos últimos cinco anos. Neste contexto, registou um declínio de 2 lugares no que tange à Governação Global, situando-se actualmente na posição 23 de um total de 54 países em África com uma pontuação de 52,2 de 100. De acordo com o mesmo índice, a subcategoria ‘*Accountability*⁷¹’ é a que tem tido pior performance, tendo saído da pontuação 28,4 (IIAG 2016) para 26,4.
216. Estes resultados desencorajadores evidenciam um total desinteresse por parte dos funcionários públicos que têm o poder de exemplarmente encaminhar o país para bom porto. Como consequência disso os níveis de desigualdade e qualidade de vida têm estado a deteriorar-se ano a ano, mesmo após a descoberta de recursos naturais que trariam maior bem-estar para a população.

CORRUPÇÃO NA GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

217. Em Outubro do corrente ano, o Gabinete Central de Combate a Corrupção (GCCC) divulgou que o Estado fora lesado em 370 milhões de meticais em casos de desvios no trimestre findo. O escopo destes desvios esteve relacionado com agentes de departamentos financeiros que criam empresas fantasmas ou beneficiam familiares de empresas que não reuniam os requisitos necessários para serem aprovados em concursos, sobrefacturamento e pagamento de remunerações indevidas. Neste período foi aberto um total de 284 processos-crimes maioritariamente envolvendo funcionários públicos (80%), sendo as províncias de Cabo Delgado e Nampula as que mais se destacaram.
218. Este anúncio trimestral por si só representa uma gota no oceano do que foi possível apurar no que diz respeito aos rombos financeiros que vem ocorrendo no país nos últimos tempos. No entanto, é mais uma chamada de atenção para as fragilidades existentes no Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). Por falta de ligação entre o módulo do Orçamento de Estado (MEO) e o de execução do orçamento MEX) muitas despesas não planificadas são executadas. Por exemplo, é possível ver executadas despesas que nem sequer estavam planificadas em detrimento daquelas a que o Executivo

70 Publicado em Novembro do corrente ano pela Fundação Mo Ibrahim.

71 Responsabilização ou prestação de contas.

se propôs realizar, tornando o documento orçamental um mero instrumento de debate público e não o reflexo efectivo das intenções do Governo. Ainda que o SISTAFE e e-SISTAFE sejam dotados de todos os mecanismos de segurança, tal como defende a instituição que os gere, está longe de cumprir os objectivos pelos quais fora concebido, enquanto situações dessas prevalecerem. Neste sentido, a transparência e boa gestão dos fundos públicos, que são tão almejadas, ainda estão longe de ser alcançadas se não for implementado um pacote de reformas urgente que vise desencorajar e limitar a mão humana nos desvios de fundos.

CORRUPÇÃO E SEU IMPACTO NA INDÚSTRIA EXTRACTIVA

219. A indústria extractiva, pela sua dinâmica actual no contributo ao crescimento do produto interno bruto, chama particular atenção.
220. Vários sinais têm sido emitidos de que este sector será a provável alavanca na recuperação da economia nacional. Porém, a corrupção, que vem mostrando sinais de deterioração em Moçambique, tem estado a contribuir para o que o País, por um lado, não obtenha ganhos efectivos neste sector e, por outro lado, aspectos cruciais como a transparência e a prestação de contas não sejam tomados em consideração.
221. A falta de transparência neste sector reflecte-se na omissão de informação importante. Evidencia-se a não publicação dos contratos⁷² que contêm informação importante para a monitoria e escrutínio atempados dos mesmos, a fraca coordenação e o fraco diálogo com as comunidades locais no processo de instauração dos projectos e a inexistência de uma metodologia clara de gestão de receitas provenientes da exploração dos recursos.
222. O País deu importantes passos na promoção da transparência e prestação de contas aderindo à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (EITI). Porém, se a promoção não constituir um cometimento interno, muito provavelmente a adesão a esta iniciativa terá dias contados.
223. Não obstante, na recente validação da EITI pelo Conselho de Administração da EITI internacional Moçambique obteve a qualificação de “progresso significativo.” Para Moçambique validar o Governo deverá dentro de 18 meses demonstrar maior transparência e responsabilização, especificamente no que diz respeito à transparência dos contratos, transferências subnacionais e conteúdo local. Para além disso, o Governo deverá assegurar a transparência da participação do Estado nas indústrias extractivas e as relações entre o Estado e as empresas do Estado. Porém, se a promoção não constituir um cometimento interno, muito provavelmente a adesão a esta iniciativa terá dias contados.

72 O País registou avanços na publicação dos contratos em 2015, mas este processo ficou estancado até 2017.

CAPÍTULO IV

SISTEMA DE JUSTIÇA, COMBATE À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO

224. A situação da Justiça e Legalidade, no ano de 2017, foi marcada por sistemática violação de direitos humanos pela PRM com execuções sumárias de supostos criminosos. Neste domínio, a PRM compete com a acção dos supostos esquadrões da morte que, apesar do desmentido da PRM, a população acredita que existem. Os assassinatos bárbaros de figuras políticas, tais como o Edil de Nampula, Dr. Mahamudo Amurane, são atribuídos aos esquadrões da morte.
225. As fragilidades do Estado e a sua total incapacidade de combater a criminalidade e a problemática da impunidade voltaram a ser notórias no desempenho das instituições de administração da Justiça. Em 2017, a nota dominante dos tribunais é a de julgar casos de pequena criminalidade, os chamados pilhagalinhos, deixando de lado os grandes crimes. Na maioria dos casos, os presos são julgados com prazos de prisão preventiva excessivamente ultrapassados, num quadro onde as cadeias estão superlotadas e não oferecem condições de regeneração.
226. O clima de insegurança total dos cidadãos, que são vítimas de roubos nas suas residências, com particular destaque nos bairros de expansão, acentuou-se muito no presente ano em quase todos os centros urbanos do país. É que não há agentes da PRM a fazer patrulhamento nos bairros de expansão onde a população vive com medo.
227. Apesar de na cidade de Maputo terem reduzido em 2017, os crimes de sequestro foram reportados em algumas cidades e vilas do país e continuam a criar muito pânico na população, afugentando investimentos.
228. A maior parte destes crimes ainda não foi esclarecida. Da polícia sempre se houve a mesma ladainha: ‘Estamos a investigar’. São investigações que nunca trazem resultados.
229. A PGR demonstrou, neste 2017, muitas dificuldades na sua actuação. Nunca protestou contra os assassinatos de supostos criminosos pela PRM. Emitiu, por diversas vezes, comunicados de imprensa com menção de nomes de visados em processos sob segredo de justiça, mas, no caso do processo das dívidas ocultas, omite os nomes dos investigados.

GRAVE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PELA PRM

230. Em qualquer Estado de Direito Democrático, em qualquer Estado civilizado, a forma como são tratados os suspeitos, presos, arguidos ou réus é o termómetro de medição do nível da democracia e da civilidade do Estado. O direito constitucional primário é o direito à vida. Este direito deve ser respeitado e defendido por todos e, em particular, pelo Estado. Mas alguns exemplos de factos mostram que houve em 2017 atentados contra este direito:
231. 1. No dia 15 de Novembro do corrente ano, a PRM abateu mortalmente três supostos ladrões que

se faziam transportar numa viatura Toyota Corola, com chapa de inscrição MMR-08-45, alegadamente porque tentaram assaltar um estabelecimento comercial situado na baixa da cidade de Maputo.

232. 2. No dia 13 de Novembro de 2017, a PRM alvejou mortalmente, na zona do Zimpeto, seis supostos ladrões de viatura que se faziam transportar num veículo do tipo “mini-bus”.

233. Está-se a falar de nove pessoas mortas pela polícia sem acusação nem julgamento. A estas pessoas foi negado o direito constitucional de se defenderem das suspeitas que recaíam sobre si. E os casos continuam:

234. 3. No dia 11 de Agosto do corrente ano, a PRM abateu, na zona da CMC, no Município da Matola, Província de Maputo, sete indivíduos que se faziam transportar numa viatura do tipo “mini-bus”. Estas pessoas ficaram irreconhecíveis dada a gravidade do fogo disparado sobre as suas faces.

235. 4. No dia 31 de Março de 2017, a PRM executou dois jovens depois de uma suposta perseguição que terá começado na Cidade de Maputo. Testemunhas oculares contaram na altura que na viatura dos suspeitos criminosos seguiam as duas pessoas alvejadas que, a alta velocidade, ao chegarem no local onde encontraram a morte, a sua viatura se despistou e capotou numa residência e, logo de seguida, veio uma viatura da polícia que crivou os dois jovens de balas.

236. Se a viatura em que seguiam estes jovens tinha acidentado e capotado, segundo o testemunho popular, não há como perceber por que razão a PRM alvejou os jovens. Certamente que após o embate do acidente os jovens não estavam em condições de resistir à ordem de captura policial. Os populares que presenciaram os factos em nenhum momento falaram de os jovens terem aberto fogo contra a autoridade policial.

237. 5. No dia 25 de Abril de 2017, dois presos foram retirados de um carro celular do SERNIC (Serviço Nacional de Investigação Criminal), quando seguiam para a 1ªEsquadra da PRM da Cidade de Maputo para interrogatório. Na altura dos factos, o porta-voz da PRM, Orlando Mudumane, disse que os indivíduos ora fugitivos eram cadastrados perigosos, sendo que se encontravam a cumprir penas de prisão maior por envolvimento em sequestros e assassinatos.

238. Familiares dos supostos perigosos cadastrados apareceram dias depois a denunciar que os cidadãos retirados da viatura policial tinham sido mortos e enterrados nas matas do Distrito da Moamba. Exibiram, inclusive, atestados de óbito. Facto curioso: nem a P.R.M, nem a Procuradoria-Geral da República, muito menos a Provedoria de Justiça ou a Ordem dos Advogados se pronunciaram sobre estes assassinatos de indivíduos que se supunha estarem seguros nas mãos da polícia, na sua qualidade de presos.

239. Será normal, em alguma parte do mundo, que detidos ou presos, à ordem da polícia, sejam retirados da cadeia ou de viaturas da polícia para serem mortos? Que país é que estamos a construir? E pior quando os órgãos do Estado que deviam velar pela vida das pessoas nada dizem a respeito das gravíssimas atrocidades como estas.

240. Nos casos acima relatados, a título meramente exemplificativo, em que agentes da PRM executam sumariamente cidadãos supostamente criminosos, o cenário é o mesmo: a PGR, a Provedoria de Justiça, o Comandante-Geral da Polícia, as Associações das Magistraturas Judicial e do Ministério Público, a Ordem dos Advogados e a Sociedade Civil nada dizem. Ninguém diz um “basta” a esta onda de assassinatos gratuitos. O MAIS ALTO MAGISTRADO DA NAÇÃO FICA TAMBÉM CALADO. Como se fosse aceitável, tolerável, razoável o baleamento de supostos criminosos.

241. Enquanto os agentes da polícia executarem sumariamente supostos criminosos, escolhidos a dedo, e ficarem impunes, continuará a saga de mortes gratuitas.
242. O lugar do criminoso, por mais perigoso que seja, é a cela, é a cadeia, é um julgamento justo que lhe assegure direito pleno de defesa. É assim que actuam Estados de Direito Democrático.

INCAPACIDADE DO ESTADO NO COMBATE À CRIMINALIDADE

243. No dia 4 de Outubro de 2017, o país foi colhido pela triste notícia do baleamento do Edil de Nampula, Mahamudo Amurane, na entrada da sua casa, por um desconhecido.
244. Na madrugada do dia 5 de Outubro do corrente ano, um grupo de homens armados protagonizou ataques contra o Comando Distrital da Mocímboa da Praia e contra o Posto Policial de Awasse, na Província de Cabo Delgado. Morreram no ataque 17 pessoas, sendo 14 do grupo dos atacantes, 2 da PRM e 1 líder comunitário.
245. A polícia referiu na altura ter detido parte dos homens armados, todos moçambicanos da Província de Cabo Delgado, desmentindo, deste modo, notícias que davam conta da ligação deste grupo com os fundamentalistas islâmicos da Al Shabbab.
246. Em Julho do corrente ano foram postas a circular, nas redes sociais, imagens chocantes de torturas de garimpeiros nas minas de rubis de Namanhumbir.
247. Ao longo do ano de 2017, foram reportados vários crimes de assaltos a residências nas cidades de Maputo e Matola que culminaram com a morte dos donos das residências.
248. Na Cidade de Nampula foram reportados crimes praticados por indivíduos conhecidos por “grupo 15”, os quais, à calada da noite, munidos de catanas e machados, violam e saqueiam bens da população.
249. No mês de Agosto do corrente ano foi reportado um caso de assassinato, na cidade da Beira, de um comerciante de nome Shael Sabembhai Maghanee no seu apartamento.
250. Em Março do corrente ano foi reportado o caso do sequestro do empresário José Apolinário na praia do Bilene.
251. Em Julho de 2017, foi notícia o crime de sequestro de um empresário da cidade da Maxixe.

Acima, quando falamos de violação dos direitos humanos pela PRM, referimo-nos a vários assassinatos protagonizados por este órgão, no presente ano.

COMBATE À CORRUPÇÃO E A PROBLEMÁTICA DA IMPUNIDADE EM MOÇAMBIQUE

252. No dia 23 de Novembro do corrente ano, na abertura da III Reunião Nacional entre a Procuradoria-Geral da República e o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, disse, e bem, que a corrupção, e nós o dizemos, e a criminalidade, no geral, não se combatem com magistrados corruptos e órgãos de administração da Justiça infestados, eles próprios, por agentes e titulares corruptos. O combate à corrupção e à criminalidade, no geral, deve começar de

casa, do interior dos próprios órgãos que lideram, organicamente, a luta contra a mesma. E este empenho de combate à corrupção no seio dos órgãos de combate à corrupção ainda não é visível no nosso país.

253. Este ano circularam nas redes sociais deliberações do Conselho Superior da Magistratura Judicial, reportando a expulsão de juizes por envolvimento em actos de corrupção, negociando sentenças em troca de recebimento de valores monetários. A corrupção na Justiça é o cúmulo da degradação dos valores éticos e de cidadania. É aos tribunais que cumpre a punição dos corruptos. Quando o próprio sistema judicial é corrupto, há-de ser, por lógica, cúmplice da corrupção, tolerante para com este gravíssimo mal social.
254. A corrupção arruína o futuro das nações e mata milhões de pessoas. A corrupção também aumenta as desigualdades sociais. A impunidade e a demora excessiva de julgamentos de casos de corrupção alimentam este mal social, já que os criminosos se sentem mais livres para continuar delinquindo. O ano de 2017 foi rico no julgamento, despoletamento e tramitação de casos de corrupção no nosso país. Vamos referir a alguns desses casos:
255. 14. O primeiro é o caso das dívidas ocultas. Este caso, apesar de se aferir a anos passados, teve no presente ano de 2017 alguns desenvolvimentos assinaláveis. Foi publicado o resumo executivo do relatório da Kroll, a empresa contratada pelo Governo de Moçambique, com apoio de parceiros internacionais, para a auditoria internacional às dívidas ocultas, contraídas pelo Governo do Presidente Armando Emílio Guebuza nos anos de 2013 e 2014.
256. Pese embora a PGR ainda não tenha cumprido a obrigação de divulgar o relatório integral da Kroll, no dia 24 de Junho do corrente ano divulgou o resumo executivo do referido relatório das dívidas contraídas pelas empresas ProIndicus, EMATUM e MAM, com garantias do Estado.
257. Este caso é o mais expressivo de corrupção no nosso país. A auditoria chegou à triste conclusão de que 500 milhões de dólares norte-americanos, resultantes dos empréstimos ilegalmente contraídos, não teve justificação. E que 700 milhões de dólares foram de subfacturações.
258. Após a publicação do resumo executivo do relatório da Kroll, até hoje a PGR nada veio dizer sobre o estágio das investigações sobre as dívidas ocultas. Até hoje ninguém foi acusado. Esta situação de impunidade em nada contribui para o combate à corrupção. Pelo contrário incentiva-a. É sintomático que a PGR, diante de um crime que colocou o país de rastos, nada faça!
259. E, como se não bastasse, o Parlamento Moçambicano, incrivelmente, entendeu legalizar as dívidas ocultas, inscrevendo-as na Conta Geral do Estado de 2014 e 2015. O Conselho Constitucional, apesar dos processos de declaração de inconstitucionalidade desta inscrição, desencadeados pelos partidos da oposição com assento parlamentar e pela sociedade civil, até hoje, passados mais de 100 dias, não decidiu sobre o pedido.
260. No presente ano, foi julgado e condenado a uma pena de dois anos de prisão e seis meses de multa o antigo Ministro da Justiça do Governo do Presidente Filipe Nyusi, Abduremane Lino de Almeida, por prática do crime de corrupção.
261. O julgamento de figuras ligadas ou que estiveram ligadas ao Governo central por práticas de corrupção é de louvar, pois transmite e sinaliza o cometimento do Estado moçambicano no combate à corrupção. Neste particular, são de enaltecer e encorajar os esforços do Gabinete Central de Combate a Corrupção.
262. Está ainda em julgamento, na sétima secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, um processo

com 28 réus acusados de envolvimento em crimes de corrupção no Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), envolvendo o valor astronómico de 170 milhões de meticais (cerca de 2.3 milhões de euros). Estes crimes tiveram à cabeça a Presidente do Fundo, a senhora Setina Titosse, e os valores foram desviados em cerca de 2 anos, de 2014 a 2015.

263. E aqui pergunta-se: sendo o FDA um organismo tutelado pelo Ministério da Agricultura, como foi possível que este Ministério, em dois anos, não descobrisse os desvios?
264. Ceno e setenta milhões de meticais é uma quantia muito significativa para ser retirada da conta pública sem que os responsáveis máximos de tutela se tenham apercebido dos desvios. Repare-se que estes valores visavam o fomento de agricultura no país, base de desenvolvimento de Moçambique, mas foram, de forma corrupta, parar em mãos alheias.
265. No mês de Novembro de 2017, em conferência de imprensa, o Director-Geral Adjunto dos Impostos, na Autoridade Tributária de Moçambique, Domingos Muconto, informou que a Autoridade Tributária de Moçambique acabava de descobrir um esquema de corrupção na instituição que permitiu o desvio de mais de 180 milhões de meticais. Referiu que tal prática envolvia contabilistas, financeiros de empresas e algumas instituições bancárias e que consistia no desvio de cheques destinados ao pagamento de impostos nas diferentes unidades de cobrança da Autoridade Tributária de Moçambique.
266. Aqui questiona-se: como é que uma fraude iniciada em 2013, com desfalque de uma quantia significativa de mais de 180 milhões de meticais, só é descoberta em Novembro de 2017, passados 4 anos?
267. No presente ano foram ainda acusados antigos gestores públicos e um antigo Ministro, em conexão com um caso de corrupção no negócio entre as linhas aéreas de Moçambique e a Embraer.
268. No dia 23 de Outubro de 2017, o Gabinete Central de Combate à Corrupção divulgou o seu relatório periódico, no qual refere que, em apenas três anos, foram abertos 284 processos-crimes relativos a casos de corrupção em Moçambique para apurar o paradeiro de 370 milhões de meticais que desapareceram do erário público. Está-se a falar do equivalente a cerca de 5 milhões de euros desviados em apenas 3 meses. Se em 3 meses se desvia o equivalente a 5 milhões de euros do erário público, isto significa que por ano é desviado o equivalente a 20 milhões de euros sem contar com os casos que não são descobertos.
269. Segundo o mesmo relatório, a maioria dos casos, cerca de 80%, são de pequena corrupção, envolvendo agentes de departamentos financeiros que criam empresas fantasmas ou beneficiam empresas de familiares e amigos que não reúnem requisitos para ganhar os concursos públicos.
270. A questão que importa aqui colocar é a seguinte: como é possível que simples funcionários de departamentos financeiros desviem cerca de 80% do equivalente a 5 milhões de euros sem serem descobertos?
271. Isto mostra claramente que os órgãos de tutela, fiscalização e auditoria não funcionam. Como é que um país pobre como Moçambique, que carece de meios financeiros para o funcionamento regular das instituições públicas, permite o desvio de tanto dinheiro?
272. Um dos grandes problemas do nosso país é a sensação de que os poderosos, os criminosos de colarinho branco não são alcançados pela mão da justiça. O caso do processo das dívidas ocultas, de que desde a publicação do sumário executivo nunca mais se soube de outros desenvolvimentos, é exemplo claro do que se disse.
273. Crimes como o que vitimou o Edil Amurane raramente se esclarecem no nosso país. Isto cria uma

sensação de impunidade e incentiva potenciais criminosos a enveredarem pelo crime na esperança de que nunca serão responsabilizados. No caso de Amurane, fala-se que foi vítima dos famosos esquadrões da morte. Os mesmos esquadrões de que se refere serem os responsáveis de tantos outros assassinatos ocorridos em anos anteriores.

274. O Tribunal da Cidade de Maputo revogou a liberdade condicional do réu Nini Satar e ordenou a sua captura. Este continua fora da cadeia e tem vindo sistematicamente a publicar artigos jornalísticos ofensivos às autoridades moçambicanas. Este é um sinal claro da fragilidade dos órgãos da Justiça que cria a ideia de que em Moçambique reina impunidade.

275. Temos os casos de agentes da polícia que executam sumariamente supostos criminosos. Estes nunca são responsabilizados. Isto gera o sentimento de impunidade que cria um efeito multiplicador destes actos.

276. A PGR e o Provedor da Justiça nos seus informes anuais deste ano mais não fizeram do que choramingar, enumerando dificuldades e não apresentando ideias ou visão para a superação das mesmas dificuldades. O Provedor chegou ao cúmulo de dizer que quase ninguém o ouve nem obedece, esquecendo-se de que cabe a ele inculcar respeito nos órgãos da administração pública e este respeito não se ganha com choros, devendo, sim, ser merecido.

(Footnotes)

1 Os casos em que o Governo faz empréstimos novos só para pagar a dívida existente chamam-se “efeito de bola de neve” (snow ball effect), porque a dívida fica cada ano maior — empréstimos novos juntam-se à dívida já existente.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#) @CIP.Mozambique [t](#) @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique



Avenida do Zimbabwe nº 1374
Maputo C.P. 4296
Mozambique
Tel: (+258) 21 486794
Fax: (+258) 21 486795
www.masc.org.mz